

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISABELLA ATAIDES ARAUJO

**REFUGIADOS E A LUTA PELA AUTONOMIA:
estratégias de subsistência no campo de Zaatari**

FLORIANÓPOLIS

2019

ISABELLA ATAIDES ARAUJO

**REFUGIADOS E A LUTA PELA AUTONOMIA:
estratégias de subsistência no campo de Zaatari**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Florianópolis

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota **9,5** à aluna Isabella Ataides Araujo na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho intitulado **REFUGIADOS E A LUTA PELA AUTONOMIA: estratégias de subsistência no campo de Zaatari**.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Karine de Souza Silva
Orientadora

Prof. Roberto Di Sena Júnior

Prof^ª. Bruna Kadletz

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo o esforço, apoio e incentivo aos meus sonhos durante toda minha vida, em especial à minha mãe, meu pai, meus irmãos, avós, tios e primos: eu amo vocês mais que tudo.

Ao meu parceiro João Pedro, por me encorajar a ir atrás dos meus objetivos e pela paciência e cumplicidade durante todos os momentos da graduação.

À minha grande amiga Andressa, companheira de Cubatão à Florianópolis e do Pará à Grenoble, por sempre me ajudar e me acolher tão bem em sua casa.

Às amigas que a universidade me deu, Beatriz, Mariana, Gabriela e Izoila, pela oportunidade de compartilhar experiências que nos permitiram crescer juntas.

À minha psicóloga Sandra e à todos os amigos que de alguma forma estiveram comigo durante esse período.

À professora Karine, que nos inspira a trilhar no caminho da paz e justiça social, por me fornecer oportunidades únicas de voluntariado junto à Pastoral do Migrante e pesquisa junto ao EIRENÊ, que me levaram a conhecer e me interessar pela temática de migração e refúgio.

Por último, à família de sírios que me acolheu em sua casa e contou a sua comovente história e a todos os sírios que doaram seu tempo para contar suas experiências via Skype, espero de alguma forma ajudar sua causa.

RESUMO

ARAUJO, Isabella Ataides. **REFUGIADOS E A LUTA PELA AUTONOMIA: estratégias de subsistência no campo de Zaatari**. Monografia – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

A presente monografia situa-se no campo das migrações forçadas analisadas a partir de uma ótica decolonial. Em específico, versa sobre o autossustento em campos de refugiados, por meio do estudo das estratégias de subsistência exercidas pelos refugiados sírios no campo de Zaatari, na Jordânia. O objetivo deste estudo é analisar o papel dos refugiados na transformação da realidade socioeconômica dos campos por meio das estratégias de subsistência. Reconhecendo que as políticas de acampamento criam uma estrutura que promove a dependência e ao mesmo tempo falha em suprir as demandas básicas dos refugiados, este trabalho analisa o papel do autossustento como uma estratégia fundamental que os refugiados encontram para satisfazer suas necessidades essenciais e lutar por sua independência. Em busca da melhor compreensão do tema, esta monografia divide-se em três capítulos que correspondem aos objetivos específicos do trabalho. O primeiro capítulo almeja compreender os fatores internos e externos que influenciam as políticas de acampamento, em especial na Jordânia, e suas consequências no prolongamento da situação de refúgio e no agravamento das vulnerabilidades dos refugiados. O segundo capítulo pretende analisar o papel do autossustento como alternativa sustentável para combater a dependência, identificando as mudanças de abordagem do Regime Internacional de Refugiados e o protagonismo dos refugiados nesse processo. O terceiro e último capítulo aspira identificar os meios de subsistência que existem no campo de Zaatari, correlacionando os diversos fatores envolvidos na emergência do autossustento no campo e o protagonismo dos refugiados na transformação da realidade socioeconômica do local. Esta pesquisa parte do interesse em contribuir para os estudos de integração dos refugiados nas comunidades anfitriãs, evidenciando a capacidade dos refugiados de tornarem-se atores ativos no desenvolvimento individual e coletivo. Pretende-se, sobretudo, colaborar com as abordagens que visam reparar situações de refúgio prolongadas por meio do incentivo à criação de meios de subsistência, com o objetivo de tornar os refugiados autossuficientes. Espera-se que este trabalho incentive mais pesquisas sobre o tema, ainda pouco abordado no cenário brasileiro.

Palavras-Chave: Refugiados. Sírios. Campo. Zaatari. Subsistência. Autossustento.

ABSTRACT

ARAUJO, Isabella Ataides. **REFUGIADOS E A LUTA PELA AUTONOMIA: estratégias de subsistência no campo de Zaatari**. Monografia – Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

The present monograph is situated in the study field of forced migration analyzed through a decolonial approach. Specifically, it refers to the self-sufficiency in refugee camps, through a study on the Syrian refugee's livelihood strategies in Zaatari camp, in Jordan. This study aims to analyze the role of refugees in transforming the socioeconomic reality of the camps through livelihood strategies. Recognizing that encampment policies create a framework that fosters dependency and at the same time fails to meet the basic demands of refugees, this paper analyzes the role of self-sufficiency as a key strategy for refugees to meet their essential needs and to fight for their independence. In order to better understand the theme, this monograph is divided into three chapters that correspond to the specific objectives of the work. The first chapter aims to understand the internal and external factors that influence encampment policies, especially in Jordan, and their consequences in protracted refugee situations and worsening refugee vulnerabilities. The second chapter aims to analyze the role of self-sufficiency as a sustainable alternative to combat dependence, identifying the changes in the International Refugees Regime and the protagonism of refugees in this process. The third and final chapter aims to identify the livelihoods that exist in Zaatari, correlating the various factors involved in the emergence of self-sufficiency in the camp and the role of refugees in transforming the local socioeconomic reality. This research builds on the interest in contributing to studies about integration of refugees in host communities, highlighting the ability of refugees to become active actors in individual and collective development. The main purpose is to contribute to approaches that aim to repair protracted refugee situations by encouraging the creation of livelihoods, with the in order to make refugees self-reliant. It is hoped that this work will stimulate more research on the subject, still underdiscussed in the Brazilian scenario.

Key-words: Refugees. Syrians. Camp. Zaatari. Livelihoods. Self-sufficiency.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DA JORDÂNIA	24
FIGURA 2 – FLUXO DOS REFUGIADOS SÍRIOS	30
FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA JORDÂNIA	31
FIGURA 4 – O DESENVOLVIMENTO DE ZAAATARI VISTO POR IMAGENS DE SATÉLITE (SET 2012-ABRIL 2013)	56
FIGURA 5 – HABITAÇÕES EM ZAAATARI: CARAVANA (À ESQUERDA) E TENDA (À DIREITA).....	56
FIGURA 6 – UMA CARAVANA TRANSFORMADA EM LOJA NO CAMPO DE ZAAATARI.....	63
FIGURA 7 – RUAS DO MERCADO NO CAMPO DE ZAAATARI	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS E AS POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO NA JORDÂNIA	12
2.1	– CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2.2	– O REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS E A POLÍTICA DE ACAMPAMENTO	13
2.3	– AS POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO NA JORDÂNIA E O CASO SÍRIO	24
3	O AUTOSSUSTENTO COMO ALTERNATIVA À DEPENDÊNCIA	37
3.1	– CONSIDERAÇÕES INICIAIS	37
3.2	– O AUTOSSUSTENTO E AS MUDANÇAS DE ABORDAGEM NO REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS	38
3.3	– O AUTOSSUSTENTO EM CAMPOS DE REFUGIADOS	46
4	O CAMPO DE ZAATARI E AS ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA DOS REFUGIADOS SÍRIOS	54
4.1	– CONSIDERAÇÕES INICIAIS	54
4.2	– O CAMPO DE ZAATARI	55
4.3	– ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA NO CAMPO DE ZAATARI	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	74
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA PESSOALMENTE	83
	ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS VIA SKYPE	84

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema de investigação o autossustento em campos de refugiados¹, por meio do estudo das estratégias de subsistência exercidas pelos refugiados sírios no campo de Zaatari, na Jordânia. A escolha por tal caso se dá tanto pela iminência do conflito sírio quanto pelo rápido crescimento do campo, que em pouco tempo se desenvolveu na quarta maior cidade da Jordânia e no segundo maior campo de refugiados do mundo.

Durante décadas, o acampamento de refugiados foi a principal solução das organizações humanitárias², sob a justificativa de que esse espaço facilita a distribuição de ajuda emergencial. De fato, essa ajuda apresenta resultados no curto prazo, pois garante a proteção contra perseguições e o fornecimento de abrigo e alimentos, essenciais para a sobrevivência dos refugiados. No entanto, ela falha em garantir direitos socioeconômicos básicos, já que os campos são geralmente espaços marcados pela restrição de movimento e trabalho que mantém os refugiados em uma posição de dependência.

A grande problemática resultante desse modelo de ajuda são as situações de refúgio prolongadas. Os conflitos contemporâneos e as decorrentes crises humanitárias caracterizam-se por longas guerras civis que possuem influência de diversos atores externos, como é o caso do conflito sírio. Como consequência, os refugiados permanecem em uma situação de limbo, passando anos a fio presos em campos à espera de uma solução duradoura. Isso também reflete nas organizações humanitárias, que enfrentam constantes déficits no financiamento de seus programas em virtude da sua própria natureza – dependente de doações internacionais que tendem a diminuir no longo prazo.

Visto que os fluxos migratórios forçados tem aumentado em uma proporção muito maior ao retorno dos refugiados, os campos tornam-se ambientes superlotados e sem estrutura para abrigar de forma prolongada essas pessoas. Não obstante, os maiores fluxos encontram-se em países que já enfrentam problemas estruturais, o que muitas vezes influencia decisões políticas de acampamento que restringem os direitos dos refugiados e impedem o advento de uma solução duradoura.

¹ Campos de refugiados refere-se a espaços criados de forma temporária para a ajuda humanitária que restringem a liberdade de movimento e trabalho.

² A preferência do ACNUR à essa política de acampamento foi demonstrada na “Política para Refugiados em Áreas Urbanas” de 1997, que declarava que os refugiados de uma nacionalidade que eram atendidos em campos e assentamentos, receberiam assistência nas áreas urbanas apenas se os governos locais concordassem ou em casos específicos. Em 2009, o ACNUR criou a “Política de Proteção de Refugiados em Áreas Urbanas” que decidia que refugiados urbanos receberiam assistência independente da aprovação das autoridades locais. (TURNER, 2015)

Como forma de superar esses desafios, a autossuficiência surge como uma abordagem que busca garantir meios de subsistência³ para que os refugiados tornem-se socioeconomicamente independentes. Recentemente, o ACNUR tem adotado essa abordagem como objetivo ideal, realizando programas de incentivo à criação de meios de subsistência e estabelecendo uma Política de Alternativa aos Campos no ano de 2014. Entretanto, a eficácia desses programas depende de interesses políticos, tanto por parte dos países anfitriões quanto dos países desenvolvidos –financiadores da agência –, que muitas vezes tomam decisões que restringem os direitos dos refugiados e mantém políticas de acampamento.

Apesar disso, as políticas restritivas não impedem que os campos de refugiados apresentem dinâmicas socioeconômicas, que demonstram a autonomia de seus habitantes. Por meio de suas próprias estratégias de subsistência, como o empreendedorismo, os refugiados superam as barreiras institucionais que os colocam em situação de dependência e deixam de ser meros receptores de ajuda, tornando-se protagonistas de sua própria vida.

Esses aspectos podem ser claramente observados na Jordânia, que é considerada um país escasso em recursos e dependente de fundos externos. Em consequência de sua localização geográfica, o país frequentemente recebe fluxos de refugiados, o mais recente em decorrência do conflito na Síria, que iniciou em 2011. O contexto político e econômico da Jordânia refletiu em uma política de acampamento que iniciou com a criação do campo de Zaatari no ano seguinte. Apesar das restrições de movimento e trabalho impostas pelo governo jordaniano, os sírios lutaram por sua autonomia e transformaram a estrutura física e socioeconômica do campo.

Feita esta breve contextualização, esta monografia parte do interesse de investigar o papel do autossustento no campo de Zaatari, com a intenção de responder a seguinte pergunta: dado o contexto de dependência em que os refugiados estão inseridos, qual o papel desses indivíduos na transformação da realidade socioeconômica dos campos por meio das estratégias de subsistência?

Para encaminhar esse questionamento, esta monografia parte da hipótese de que mesmo no contexto de dependência em que estão inseridos, os refugiados apresentam-se como protagonistas de sua própria vida, demonstrando seu potencial na transformação da realidade socioeconômica dos campos. O argumento central é de que as políticas de acampamento criam uma estrutura que promove a dependência e ao mesmo tempo falha em suprir as demandas

³ Nesta monografia, o termo meios de subsistência refere-se a “meios usados para manter e sustentar a vida” (OMATA; KAPLAN, 2013)

básicas dos refugiados, e por isso o autossustento apresenta-se como uma estratégia fundamental para que os refugiados possam satisfazer suas necessidades essenciais e lutar por sua independência no contexto em que estão inseridos.

Tendo em vista que alguns assentamentos de refugiados existem por muitos anos, abrigando refugiados há gerações e adquirindo características urbanas, o objetivo geral dessa monografia é analisar o papel dos refugiados na transformação da realidade socioeconômica dos campos por meio das estratégias de subsistência.

Para abordar esta questão foi utilizado o método de estudo de caso, correlacionando as teorias de autossustento à situação dos refugiados sírios em Zaatari. Este trabalho apoia-se em uma combinação de fontes secundárias, por meio de uma bibliografia que inclui relatórios, documentos oficiais, teses, dissertações e artigos científicos; e fontes primárias obtidas através de entrevistas por Skype com refugiados sírios que vivem e trabalham em Zaatari, além de uma entrevista presencial com uma família de refugiados sírios que passou pelo campo e hoje vive em São Paulo. Grande parte das fontes utilizadas para a realização deste trabalho são de origem estrangeira, cuja tradução é de responsabilidade da autora.

Este trabalho situa-se no campo dos estudos pós-coloniais/decoloniais. Como essa literatura aponta, as práticas coloniais, por meio das relações de poder e dominação entre o Ocidente e o Oriente, estão presentes nos mais diversos campos das relações internacionais. As políticas imperialistas estão no cerne dos conflitos responsáveis pelos deslocamentos forçados que afligem o sul global. A exploração e imposição de valores dos países do hemisfério Norte – representados pela Europa e Estados Unidos – sobre o sul global gerou uma hierarquização que reforça o poder hegemônico do Ocidente. Essa hierarquia está presente nas estruturas do Sistema Internacional e em suas instituições, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU).⁴

Dessa forma, o legado colonial e as dinâmicas de poder pós-coloniais influenciam o Regime Internacional de Refugiados e a resposta humanitária, que varia de acordo com os interesses dos países ocidentais. Sob um discurso humanitário, esses Estados criam uma narrativa que inferioriza os países menos desenvolvidos⁵ com o objetivo de impor seus interesses políticos. O pós-colonialismo surge como um movimento teórico que busca substituir

⁴ Reconhecendo a natureza colonial da ONU, Silva e Boff (2017) apontam a pertinência de utilizar uma abordagem decolonial para repensar a organização.

⁵ Edward Said (1990) utiliza o termo orientalismo para referir-se à leitura do Ocidente em relação ao Oriente, que está presente tanto na visão acadêmica, por meio dos estudos orientais, como também na representação de determinados aspectos das culturas orientais segundo uma visão eurocêntrica. Para o autor, o orientalismo é uma instituição instalada pelo Ocidente para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.

a dominação ocidental por uma abordagem que considere a pluralidade e competência do sul global, contribuindo para a construção de uma visão “do sul e para o sul”. Com isso, pretende-se questionar o papel dos países ocidentais no aprofundamento das desigualdades globais.

Esta pesquisa parte do interesse em contribuir para os estudos de integração dos refugiados nas comunidades anfitriãs, evidenciando a capacidade dos refugiados de tornarem-se atores ativos no desenvolvimento individual e coletivo. Pretende-se, sobretudo, colaborar com as abordagens que visam reparar situações de refúgio prolongadas por meio do incentivo à criação de meios de subsistência com o objetivo de tornar os refugiados autossuficientes. Espera-se que este trabalho incentive mais pesquisas sobre o tema, ainda pouco abordado no cenário brasileiro.

Em busca da melhor compreensão do tema, esta monografia divide-se em três capítulos que correspondem aos objetivos específicos do trabalho. O primeiro capítulo almeja compreender os fatores internos e externos que influenciam as políticas de acampamento, em especial na Jordânia, e suas consequências no prolongamento da situação de refúgio e no agravamento das vulnerabilidades dos refugiados. O segundo capítulo pretende analisar o papel do autossustento como alternativa sustentável para combater a dependência, identificando as mudanças de abordagem do Regime Internacional de Refugiados e o protagonismo dos refugiados nesse processo. O terceiro e último capítulo aspira identificar os meios de subsistência que existem no campo de Zaatari, correlacionando os diversos fatores envolvidos na emergência do autossustento no campo e o protagonismo dos refugiados na transformação da realidade socioeconômica do local.

Por fim, é importante ressaltar que esta monografia insere-se no âmbito das pesquisas do Eirenè – Centro de Pesquisas e Práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicados às Relações Internacionais e ao Direito Internacional –, o qual é vinculado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 O REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS E AS POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO NA JORDÂNIA

2.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os fluxos migratórios forçados têm atingido números recordes. Até o final de 2017, um total de 68.5 milhões de pessoas haviam sido forçadas a abandonar suas casas devido a perseguição, conflitos ou violência generalizada.⁶ No mesmo ano, 13.4 milhões de refugiados, 2/3 do total global, encontravam-se em situação de refúgio prolongada, há mais de 5 anos à espera de uma solução duradoura. (ACNUR, 2017a) Muitos desses passam anos em campos de refugiados, em condições de dependência provocada pelas restrições de movimento e trabalho. Ademais, por serem espaços estabelecidos de forma emergencial para distribuição de ajuda humanitária, os campos não oferecem estrutura para abrigar de forma prolongada essas pessoas.

Como será analisado neste capítulo, a implementação de campos de refugiados envolve o interesse político tanto dos países hóspedes, que trocam o “fardo” representado pelos refugiados pela ajuda ao desenvolvimento, quanto dos países desenvolvidos, que financiam as organizações humanitárias, sobretudo o ACNUR, responsáveis pela administração desses locais. Dessa maneira, os países Ocidentais mantêm os refugiados contidos nos países em desenvolvimento, que por sua vez abrigam 85% dos refugiados do mundo. Dentre esses países, a Jordânia possui a maior proporção de refugiados do mundo que representam 1/3 da sua população. (ACNUR, 2017a) Com um histórico de migrações forçadas na região, o país recebeu um novo fluxo com o advento do conflito na Síria em 2011.

A violência generalizada que se instalou nesse país já acarretou na morte de 522 mil civis⁷ e originou aproximadamente 6,3 milhões de refugiados, fazendo da crise de refugiados síria a maior crise humanitária da atualidade⁸. (ACNUR, 2017a) O grande número de atores com diferentes interesses, a ascensão de grupos terroristas e as constantes violações de direitos humanos de todas as partes agravam a situação do país e dificultam o advento de uma solução duradoura. O prolongamento do conflito afeta também os principais países acolhedores, que têm seus problemas econômicos e sociais potencializados devido ao grande número de

⁶ Este número inclui refugiados sob o mandato do ACNUR e da UNRWA (25,4 milhões), solicitantes de asilo (3,1 milhões) e deslocados internos (40 milhões), que não cruzaram nenhuma fronteira. (ACNUR, 2017a)

⁷ Segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos (2018)

⁸ De acordo com relatório do Comitê Executivo do ACNUR (2018b)

refugiados, que é muitas vezes maior do que esses países podem suportar. Para lidar com o grande contingente de refugiados sírios que chegaram no país, a Jordânia implementou uma política de acampamento que iniciou com a criação do campo de Zaatari em 2012⁹, marcada pela restrição de movimento e trabalho que dificultam o advento de uma solução duradoura.

Este capítulo irá discorrer sobre o papel do Regime Internacional de Refugiados na institucionalização da política de acampamento, bem como os fatores específicos que levaram à essa política na Jordânia, com o objetivo de compreender suas consequências no prolongamento da situação de refúgio e no agravamento das vulnerabilidades dos refugiados.

2.2 – O REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS E A POLÍTICA DE ACAMPAMENTO

O ato de conceder refúgio, presente em diversos momentos da história¹⁰, constitui um costume internacional. Contudo, sua positivação por meio da afirmação dos direitos humanos e da formulação de um regime de proteção aos refugiados ocorre apenas no século XX, em decorrência das situações de desrespeito à dignidade do ser humano ocorridas no período. As duas grandes guerras que devastaram o continente europeu produziram um contexto favorável ao surgimento de um grande número de refugiados e deslocados¹¹, fazendo com que a comunidade internacional¹² se engajasse na criação de documentos e legislações que reconhecem e protegem os direitos humanos e dos refugiados. (ACNUR, 2005a; ROCHA; MOREIRA, 2010; BARNETT, 2002; ACNUR, 2011; JUBILUT, 2007)

Ainda que a abordagem positivista seja interessante para se conhecer os parâmetros legais que instituem o regime, cabe também problematizar a conjuntura de crescente divisão entre Norte e Sul. Como Chimni (1998) aponta, os deslocamentos do século XX – as Guerras Mundiais e as lutas de descolonização da África nos anos 1960 – foram causados pelo avanço do capitalismo e de políticas imperialistas, as quais refletem ainda hoje nos fluxos

⁹ O campo de Zaatari será trabalhado no capítulo 4 desta monografia.

¹⁰ Jubilut (2007) aponta que a temática dos refugiados aparece de forma sistemática desde o século XV, ainda que existam evidências da sua existência no Egito Antigo.

¹¹ De acordo com o Direito Internacional, refugiados são pessoas que estão fora de seu país por medo de perseguição por sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, conflito e violência. Deslocados internos estão em situação semelhante, sem no entanto terem cruzado fronteiras internacionais. (JUBILUT, 2007)

¹² Há um longo debate dentro do Direito Internacional acerca da utilização do termo comunidade internacional ou sociedade internacional. Enquanto esta última estaria ligada à união das entidades e indivíduos baseada em interesses, o vínculo da comunidade internacional seria unido por um laço moral e espontâneo. (PORTELA, 2011)

contemporâneos. Compreender o contexto histórico em que o Regime Internacional de Refugiados foi constituído permite identificar o caráter político por trás do discurso humanitário dos países Ocidentais, que levou ao estabelecimento de uma política de restrição de movimento que tem como resultado o prolongamento da situação de refúgio. (LONG, 2013)

Por meio dessa análise, é possível identificar a afirmação de Chimni (2004) de que “os Estados dominantes no Sistema Internacional decidem, de tempos em tempos, à luz de seus interesses, qual solução para o problema dos refugiados globais deve ser promovida como a solução preferida.” São tradicionalmente previstas três soluções duradouras: a repatriação voluntária, quando as condições no país de origem permitem; a integração local no primeiro país de asilo; ou o reassentamento em um terceiro país. O acampamento de refugiados emergiu como uma quarta solução¹³. (SMITH, 2004)

Acampamento de refugiados refere-se a “qualquer local construído, planejado e gerenciado para fins específicos ou assentamento espontâneo onde os refugiados são acomodados e recebem assistência e serviços de agências governamentais e humanitárias.” (ACNUR, 2014) Este modelo apresenta-se na forma de campos e assentamentos, majoritariamente estabelecidos em áreas rurais, que se baseiam em várias formas de assistência. Criados com o objetivo de abrigar refugiados de forma temporária, os campos geralmente localizam-se próximo de fronteiras e áreas de conflito e possuem pouca infraestrutura para o longo prazo – com uma estrutura habitacional que em geral inclui tendas e barracas. Em contrapartida, os assentamentos são planejados para o fornecimento de assistência completa e almejam a autossuficiência dos refugiados, por meio do estímulo à atividades econômicas agrícolas ou comerciais. De toda forma, ambos são criados para abrigar refugiados até sua repatriação e limitam a liberdade de movimento. (JACOBSEN, 2001)

Para Cavaglieri (2005):

os elementos que caracterizam as soluções baseadas em campos dizem essencialmente respeito à escassa liberdade de movimento, sua limitada autossuficiência para implementar qualquer estratégia de subsistência e a marginalização causada pela separação dos refugiados da população local.

Esse modelo da era pós-colonial, em que refugiados tornam-se passivos recebedores de ajuda, surge como uma saída para a dificuldade em garantir as soluções duradouras e o asilo.

¹³ Alguns apontam que o modelo de acampamento foi desenvolvido a partir de práticas realizadas durante a Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902). O modelo militar tinha como objetivo “remover pessoas de áreas de conflito e controlar seu acesso à comida, abrigo e comunicações com o mundo exterior, criando assim uma população passiva e maleável para facilitar a gestão”. (CHATTY, 2017)

Dessa forma, a proteção humanitária dos refugiados seria preservada por meio da assistência emergencial fornecida, que assegura a segurança física e alimentar, a assistência médica e a habitação. (SMITH, 2004; CAVAGLIERI, 2005)

Black (1998) sugere que diferentes fatores são apontados como justificativa para a implementação de campos, podendo envolver questões de acessibilidade, eficiência e transparência da ajuda humanitária, bem como a preocupação acerca de conflitos com a comunidade local. No entanto, a questão primordial para as autoridades locais é a insegurança que os refugiados representam. Para os Estados anfitriões, promover o acampamento de refugiados significa não apenas transferir os custos e responsabilidades aos atores internacionais, mas também garantir a segurança.

Segundo Turner (2015), “os Estados podem estar preocupados com a possibilidade de os refugiados tentem intervir no conflito de onde fugiram, desencadear uma intervenção do Estado de onde fugiram ou criar uma competição desestabilizadora por recursos escassos”, e por isso seriam melhor monitorados em campos. Entretanto, o risco à segurança pode também estar presente nos campos, já que muitas vezes os campos são usados para promover agendas políticas e militares de recrutas.

Ainda que as decisões políticas das autoridades locais envolvam esses fatores, deve-se também levar em conta o que Barbara Harrell-Bond apresenta (apud BLACK, 1998): "A política de refugiados no Sul [é] em grande parte impulsionada pelas demandas de doadores e organizações humanitárias". Como Chkram (2016) expõe, a institucionalização da política de acampamento está relacionada à transformação do Regime para uma política de contenção dos refugiados no Sul, por parte dos países do Norte. Tendo em vista que as organizações humanitárias, sobretudo o ACNUR, são responsáveis pela administração dos campos, deve-se reconhecer sua responsabilidade, analisando-as na ordem social em que estão inseridas, bem como no contexto histórico e político que originaram e funcionam.

Os primeiros esforços internacionais para proteção dos refugiados ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mais precisamente após a Revolução Russa, que ocorreu no ano de 1917 e marcou o primeiro êxodo em massa do século com a fuga de um milhão de pessoas. Com o objetivo de auxiliá-las, foi criado em 1921, no âmbito da Liga das Nações, o Escritório do Alto Comissariado para Refugiados Russos, comandado pelo Alto Comissário Dr. Fridtjof Nansen. Este escritório atuou na criação de documentos, na procura por emprego e no repatriamento dos refugiados (ACNUR, 2005a; BARNETT, 2002).

Nesse período, os refugiados eram considerados migrantes econômicos empobrecidos que sofriam privação de direitos políticos. Dessa forma, a solução de Nansen de criar um documento específico para identificação dos refugiados, que ficou conhecido como passaporte Nansen, parte de uma preocupação em facilitar o reassentamento dos refugiados para países onde fossem capazes de se autossustentar. Essa política favorável à liberdade de movimento parte da visão de que o problema dos refugiados estava majoritariamente relacionado à autossuficiência econômica. (LONG, 2013)

Nessa época, tanto os argumentos a favor quanto contra o acolhimento de refugiados envolviam termos econômicos. Para os que defendiam o acolhimento, refugiados eram migrantes econômicos produtivos e a pobreza e desemprego estavam relacionadas à imobilidade do trabalho. No entanto, com a piora do cenário econômico em decorrência da Crise de 1929¹⁴, os Estados começaram a adotar políticas estratégicas para evitar o asilo, por meio da restrição de vistos e o fechamento de fronteiras. Como os refugiados eram vistos como migrantes empobrecidos, em face da crise econômica global a tendência era de limitar cotas de imigração e dificultar os vistos de trabalho. Dessa maneira, o protecionismo econômico surgiu como uma barreira à liberdade de movimento dos refugiados. (LONG, 2013)

Para Long (2013), essa abordagem que equiparava refugiados a migrantes, ainda que tenha sido pragmática em reconhecer a pobreza econômica dos refugiados, falhou em garantir políticas migratórias flexíveis que possibilitariam não só o acesso ao asilo mas também à uma solução. Por não estar em consonância com a compaixão humanitária internacional, não conseguiu lidar com os efeitos do exílio garantido pelo humanitarismo.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um grande fluxo de refugiados emergiu na Europa. Ao final da guerra, em 1945, 30 milhões de pessoas necessitavam de proteção. (BARNETT, 2002). Para Moreira (2006), a Segunda Guerra Mundial representou “um importante marco histórico nas relações internacionais”. A preocupação com a paz e segurança internacionais fizeram com que a comunidade internacional se engajasse na criação de um ambiente para a cooperação internacional¹⁵ – a ONU. Além disso, uma nova concepção de direitos humanos foi elaborada em resposta às atrocidades cometidas no holocausto. O fim do conflito também marcou o início de uma luta político-ideológica entre

¹⁴ A Crise 1929, também conhecida como A Grande Depressão, foi uma crise econômica global que gerou um longo período de recessão econômica.

¹⁵ A cooperação e o conflito são dois mecanismos utilizados nas relações internacionais, sendo que os Estados optam por um ou outro de acordo com seus interesses e seu poder político, econômico e militar. (MOREIRA, 2006)

as potências ocidentais capitalistas, representadas pelos Estados Unidos, e orientais socialistas, representadas pela União Soviética, que ficou conhecida como Guerra Fria.

Como apontam Loescher e Milner (2004), as migrações forçadas eram um tema central das políticas ocidentais no contexto político da Guerra Fria. No entanto, embora também já houvesse movimentos de refugiados no Oriente Médio e Ásia, as políticas dos Estados limitavam-se à Europa. (LOESCHER, 2017) As tensões da Guerra Fria influenciaram a atuação dos países na resolução da problemática do refúgio, dificultando a atuação dos organismos internacionais criados para a proteção dos refugiados. Como aconteceu com a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR), criada em 1944, as diferenças entre Ocidente e Oriente fizeram com que a Organização Internacional para os Refugiados (OIR), de 1947, fosse apoiada apenas por países da Europa Ocidental e pelos EUA, possuindo assim um orçamento limitado, o que contribuiu para seu fim em 1951. (BARNETT, 2002)

Nesse período, as políticas voltadas à liberdade de movimento da Era Nansen foram substituídas pela migração controlada para mão de obra. O fluxo de refugiados compensou a mão de obra perdida e permitiu a rápida recuperação econômica dos países, que foi seguida por um período de expansão econômica. Assim, o reassentamento continuou sendo a principal política realizada, de acordo com as aspirações ocidentais que combinava produtividade com necessidade. Parte das críticas à essa política relacionava-se ao fato de que refugiados eram selecionados para sair dos campos conforme sua utilidade econômica, sendo que grupos vulneráveis como crianças, idosos e deficientes, por não atingirem os critérios para trabalhar, eram deixados nos campos sem que uma solução duradoura lhes fosse apresentada. (LONG, 2013; CHIMNI 2004)

A partir dos anos 50, os Estados deixam de lado a justificativa econômica e passam a utilizar um discurso humanitário para a problemática dos refugiados. Segundo Harrell-Bond (1986), o humanitarismo caracteriza-se essencialmente pela caridade, por meio de doações altruístas àqueles que precisam. Por conseguinte, a assistência humanitária é baseada em uma lógica ocidental de compaixão, reconhecida como uma virtude moral. Neste contexto, os interesses estatais passam então a ser mascarados por princípios morais.

A proteção dos direitos dos refugiados que surge neste contexto, e permanece até os dias atuais, apresenta-se por meio de dois componentes: o Direito Internacional dos Refugiados, que

tem seu marco institucional na Convenção de 1951¹⁶, e o ACNUR¹⁷, que é a organização internacional responsável pela proteção dos refugiados e a promoção de soluções duradouras. (LEWIS, 2010) A Convenção de 1951, além de definir o termo refugiado, estabelece os direitos a eles reconhecidos. Também está presente na Convenção o princípio de *non-refoulement* (artigo 33), que diz:

nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.

De acordo com a própria agência, “o objetivo do ACNUR é fornecer, numa base apolítica e humanitária, proteção internacional e procurar soluções permanentes para os refugiados”¹⁸ (ACNUR, 2005a). No entanto, a forma como o regime de refugiados foi estabelecido, colocando tanto a origem quanto a solução do problema no Estado-nação, fortalece a dimensão política em detrimento da humanitária. Além disso, a soberania do Estado¹⁹ reforça o peso dos interesses políticos nas decisões dos Estados, que muitas vezes rejeitam os refugiados devido a sua origem ou a situação econômica que o país se encontra. (ROCHA; MOREIRA, 2010)

Rocha e Moreira (2010) salientam que a Convenção de 1951, ao proibir a expulsão ou rechaço, reconhece pela primeira vez a responsabilidade do Estado para com um indivíduo de outra nacionalidade. Apesar disso, o contexto em que ela foi criada atendia interesses econômicos e políticos dos países ocidentais. Os interesses econômicos estavam ligados à

¹⁶ A Convenção de 1951 foi adotada em 28 de julho de 1951 na Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas em Genebra. A Convenção possui uma delimitação temporal e geográfica, criada com o objetivo de restringir o termo aos deslocados europeus da 1ª e 2ª Guerra Mundiais. (JUBILUT, 2007) Com o objetivo de abranger as novas categorias de refugiados que não eram alcançadas pela Convenção, a Assembleia Geral e o ECOSOC instituíram o Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto dos Refugiados. Assinado em Nova Iorque no dia 31 de janeiro de 1967, o Protocolo entrou em vigor no dia 4 de outubro do mesmo ano. Além de remover a limitação temporal que abrangia apenas casos acontecidos antes de 1951, o Protocolo exigia que os países que haviam aderido a limitação geográfica, não mais o fizessem.

¹⁷ O ACNUR foi estabelecido como um órgão subsidiário da Assembleia Geral pela Resolução 319 (IV) de Dezembro de 1949, e seu Estatuto foi anexado na Resolução 428 (V) de 1950. De acordo com a resolução, o órgão funcionaria por três anos, período que foi prolongado em diversas resoluções até 2003, quando foi “autorizado a continuar seu trabalho até que o problema dos refugiados fosse resolvido”. (ACNUR, 2005a)

¹⁸ Ainda que se autodeclare apolítica, a atuação do ACNUR é influenciada pela política e dependente dela, já que a própria questão dos refugiados é política (HARRELL-BOND, 1986)

¹⁹ Haddad (2003) assinala o fato de que os refugiados são também o resultado da soberania, pois não existiriam sem o sistema de Estado-nação, em que comunidades que se reconhecem compartilham um território. Ao formar a imagem do “outro”, refugiados reforçam a identidade que forma a nação, ao mesmo tempo em que são criados por esse sistema. Dessa forma, “a fuga do refugiado evidencia o fracasso tanto dos governos individuais em proteger seus cidadãos quanto do Sistema Internacional como um todo, a incapacidade de designar cada indivíduo a um estado e protegê-lo como cidadão.” (HADDAD, 2003)

necessidade de mão-de-obra que estes países demandavam após a Segunda Guerra. Já os interesses políticos estavam ligados ao conflito de ideologias representado pela Guerra Fria, na medida em que pessoas fugiam dos regimes socialistas para estes países acolhedores. Isto colaborou para o compromisso dos países ocidentais com os refugiados. (LOESCHER, 2017)

Ainda que o Regime assegure direitos básicos de proteção, a nova abordagem humanitária tirou o foco da questão econômica, dificultando as possibilidades de refugiados migrarem para além dos campos, ato encorajado na década de 1920. Para Long (2013), a separação entre refugiados e migrantes impede que refugiados movam-se livremente para que possam garantir meios de subsistência, ponto primordial para proteção e soluções sustentáveis a longo prazo.

A partir dos anos 1980, ao final da Guerra Fria – quando os refugiados não possuíam mais valor político ideológico – os países ocidentais passaram a adotar políticas de contenção. Segundo Chimni (1998), nesse momento surge o mito da diferença, que justifica as novas políticas com o argumento de que os fluxos de refugiados que iniciaram nos anos 1960 nos países africanos apresentam características que diferem dos fluxos europeus. Por meio de análises internas, os países passam a responsabilizar o Estado de origem dos refugiados e voltam seu foco aos deslocados internos – justificando assim as intervenções humanitárias e a transição da repatriação para o reassentamento como política ideal.

Na conjuntura dos novos fluxos africanos, o ACNUR inicia seus programas de alívio em larga escala no continente africano, sob uma perspectiva desenvolvimentista que tomou forma no modelo de assentamentos. (CRISP, 2001) Conforme Harrell-Bond (1986) descreve, estes programas de assentamento eram implementados em três estágios: inicialmente, refugiados recebem a ajuda emergencial e são transportados para assentamentos; nos assentamentos, recebem terra, ferramentas, sementes e instruções sobre o trabalho agrícola; neste momento, a ajuda deve ser diminuída gradualmente até que seja retirada, quando os refugiados tornam-se integrados e autossuficientes.

O interesse político em manter os refugiados nessa situação pertencia tanto os países hóspedes, que trocavam o “fardo” econômico representado pelos refugiados pela ajuda desenvolvimento, como os próprios doadores, atentos a esta mesma lógica de desenvolvimento por meio de projetos de larga-escala. Esse modelo obtinha ainda o apoio da cobertura da mídia, que facilitava a arrecadação de fundos por meio da visibilidade internacional, que por sua vez ajudava a colocar a causa dos refugiados em evidência. (SMITH, 2004)

Os resultados dessas políticas foram frustrantes, já que ao invés de adquirirem autossuficiência, os refugiados continuaram a depender da ajuda humanitária. Como argumento para a falha desse modelo, as agências humanitárias constataram que os refugiados sofrem um tipo de síndrome da dependência. Segundo essa hipótese, quanto maior a ajuda, maior a dependência. Isso demonstra a visão que é compartilhada entre as agências humanitárias e governos anfitriões, de que os refugiados representam um problema e não uma oportunidade econômica. (HARRELL-BOND, 1986)

Para Harrell-Bond (1986), na verdade, as falhas do humanitarismo estão intimamente relacionada à lógica de compaixão, que por ser legitimada como moralmente certa, coloca o erro das suas políticas no outro. Críticas ainda apontam o planejamento como causa para a falha dessas políticas, por não considerar o longo prazo e criar soluções universalistas, projetando cidades-campo nos padrões europeus em regiões que são completamente diferentes desses países. (DALAL, 2014)

Segundo Doty (1996), a ajuda externa apresenta-se como resultado de preocupações humanitárias relacionadas ao alívio da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico e da democracia, mas também aparece como um instrumento para promoção da segurança nacional e interesses econômicos. Dessa forma, a ajuda externa representa as novas técnicas de poder das relações Norte-Sul, colocando em práticas mecanismos para monitorar e classificar o “terceiro mundo”. Essas relações envolvem um problema de representação do Norte sobre o Sul, por meio da criação de regimes de “verdade” e “conhecimento”, que construíram uma realidade que permitiu práticas de dominação e exploração em nome da “salvação”.²⁰

Nesse sentido, Malkki (1996) faz uma crítica à representação humanitária dos refugiados, que por meio do discurso humanitário e da mídia silencia esses indivíduos na medida em que os retrata em uma única categoria, removida do contexto histórico – sob uma ótica que os coloca como pobres, desamparados, necessitados. Como consequência, os agentes humanitários impõe políticas que não reconhecem o contexto e individualidades dos refugiados. (RAJARAM, 2002)²¹

Produto da política e dependente de fundos, a ação humanitária sempre foi politizada e manipulada, servindo de instrumento para interesses estratégicos de legitimação de poder. Por

²⁰ Como Doty (1996) observa "não se pode definir sem consequências o que significa democracia e direitos humanos, da mesma maneira em que não se poderia, na virada do século, definir sem consequências o que significava “civilizado”.”

²¹ Harrell-Bond (2002) assinala para as relações de poder que existe entre refugiados e agentes humanitários dentro de campos de refugiados. O caráter autoritário da administração dos campos, sob a justificativa de organização e disciplina, é legitimado por essa ótica altruísta, que exige que os refugiados sejam merecedores da ajuda.

ser liderada por Estados e baseada em uma lógica de caridade, a resposta humanitária possui algumas limitações. Pode ser ineficiente, já que muitas vezes repete procedimentos utilizados anteriormente que não são eficazes; dependente, devido a uma lógica de caridade que impede a autonomia dos ajudados; e insustentável, pois sobrecarrega um orçamento que é finito. (HUMANITARIAN POLICY GROUP, 2016) (BETTS; BLOOM; OMATA, 2012)

A grande problemática envolvida nessa política de assistência são as situações de refúgio prolongadas, em que refugiados encontram-se há mais de 5 anos à espera de uma solução duradoura. De acordo com ACNUR (2017), 13.4 milhões de refugiados, dois terços do total, encontram-se nessa situação. Desses, 3 milhões – dos quais 2.3 milhões são afegãos que estão no Irã e Paquistão – estão há 38 anos ou mais sem a perspectiva de uma solução duradoura. Grande parte dessas refugiados estão em campos ou assentamentos por gerações²².

Segundo Crisp (2003):

refugiados em situações prolongadas encontram-se presos em um estado de limbo: eles não podem voltar para sua terra natal, na maioria dos casos, porque não é seguro para eles fazerem isso; são incapazes de se estabelecer permanentemente em seu país de primeiro asilo, porque o Estado anfitrião não quer que permaneçam indefinidamente em seu território; e eles não têm a opção de seguir em frente, pois nenhum país terceiro concordou em admiti-los e fornecer-lhes direitos permanentes de residência.

Crisp (2003) denota algumas características do refúgio prolongado que podem ser identificadas de forma dominante. A primeira delas é a localização geográfica, que é geralmente próxima de áreas fronteiriças que apresentam insegurança, pobreza, condições climáticas difíceis e desinteresse por parte dos governos. Há também a questão demográfica, que releva uma grande população de grupos vulneráveis como crianças, mulheres e idosos. Somado à isto, está o declínio da atenção e recursos por parte da comunidade internacional. Por fim, o autor aponta para a restrição de uma gama de direitos, que inclui a limitação: da segurança física, já que os refugiados correm o risco de serem atacados ou maltratados por diferentes grupos; da liberdade de movimento, pois ficam confinados em campos ou assentamentos; dos direitos civis e políticos, pois não podem envolver-se em nenhum tipo de associação ou organização; dos direitos legais, pois não possuem um status bem definido nem qualquer direito de residência ou

²² Os campos de refugiados palestinos criados pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) após a guerra Israel-Palestina de 1948 são um exemplo. O campo de Jabalia, considerado o maior dentre os campos da Faixa de Gaza, recebeu 35 mil refugiados no ano do conflito. Atualmente o campo abriga 113 mil pessoas. Um terço dos refugiados registrados na UNRWA, mais de 1.5 milhão de pessoas, vivem nos 58 campos da agência. (UNRWA, 2018)

naturalização; e da liberdade de escolha, já que ficam a mercê das decisões de líderes políticos e militares.

Manter refugiados em uma prolongada situação de restrição de liberdade possui diversas consequências, dentre elas: a privação material²³, problemas psicossociais, violência²⁴, exploração sexual, exploração do trabalho e a utilização de mecanismos de enfrentamento negativos, como o roubo, a venda de ativos vitais, o abuso de substâncias e retorno ao país de origem. Ao privar os refugiados de se tornarem membros produtivos da sociedade, essas situações desperdiçam vidas e recursos e ameaçam a segurança. Ainda como consequência está a perpetuação da pobreza, que envolve a baixa renda, vulnerabilidade, insegurança e falta de voz ativa na sociedade. (CAVAGLIERI, 2005; JAMAL, 2003; CRISP, 2003; ACNUR, 2004)

As restrições de direitos políticos, econômicos e sociais limitam a possibilidade dos refugiados realizarem atividades de geração de renda. Em situação de insegurança alimentar, acabam por utilizar estratégias de risco, envolvendo-se em atividades ilegais e ilícitas, como a depleção ambiental, a manipulação de ajuda internacional e a prostituição. A maior fonte de renda da maioria dos refugiados é a venda de suas porções de alimento, diminuindo o consumo para que seus recursos durem mais, o que prejudica sua saúde e segurança alimentar. (CAVAGLIERI, 2005)

De acordo com Chaux (2014), as situações de refúgio prolongado em campos de refugiados geram um vácuo institucional entre os que permanecem por um curto prazo e os que ficam por tempo prolongado, pois as regras formais não mudam para acomodar estes últimos. Vácuos não significam a falta de instituições, mas ambientes onde as instituições são insuficientes para guiar o comportamento dos indivíduos, gerando: paralisia, quando as regras formais são ignoradas mas não perdem a legitimidade; ambiguidade, quando diferentes instituições informais coexistem, confundindo os atores sobre quais instituições são dominantes e quais comportamentos são adequados; e incongruência, quando os interesses de atores se contradizem diretamente.

O acampamento prolongado gera ainda um fator socioespacial, ao se transformar em “locais de organização duradoura do espaço, vida social e um sistema de poder que não existe

²³ Os refugiados aproveitam de todas as oportunidades para estabelecer seus próprios meios de subsistência. Ainda assim, as atividades econômicas parecem beneficiar apenas um pequeno grupo de refugiados que possuem habilidades e acesso a capital, enquanto a grande maioria permanece na pobreza. (CRISP, 2003).

²⁴ Nos campos de refugiados de Kakuma e Dadaab, no Quênia, surtos de violência e incidentes que envolvem morte e ferimentos graves ocorrem frequentemente. A violência aparece nas formas de: violência doméstica e comunitária; abuso e violência sexual; assalto à mão armada; violência dentro dos grupos nacionais de refugiados; violência entre grupos nacionais de refugiados; e violência entre refugiados e populações locais. (CRISP, 2003)

em nenhum outro lugar”. Surge então o termo cidade-campo, que define uma forma de urbanização incompleta que esboça padrões básicos de concentração urbana: espaço simbólico, diferenciação social e mudança identificada. Os indivíduos nesse lugar são reconhecidos como vítima, o que produz uma problemática de identidade. Em contrapartida, esse sistema de sobrevivência de indivíduos sociais heterogêneos concebe uma oportunidade para a criação de novas identidades étnicas e não-étnicas. (AGIER, 2002)

Para Agier (2002):

Os campos são tanto o emblema da condição social criada pelo acoplamento da guerra com a ação humanitária, o local onde é construído da maneira mais elaborada, como uma vida mantida distante do mundo social e político comum, e a experimentação das segregações em grande escala que estão sendo estabelecidas em escala planetária.

De acordo com Dalal (2014), a urbanização dos campos assemelha-se ao ambiente urbano dos guetos, onde o relacionamento com o Estado-nação é interrompido. Para Agier (2002), as características desse tipo de urbanização, que inclui traços de precariedade e improvisação, também é vista nas periferias urbanas. Segundo o autor, o que diferencia ambos é a própria situação de êxodo compartilhada por deslocados e refugiados, que perpetua a característica inacabada dos campos.

Para Montclos e Kagwanja (2000), os campos possuem uma valiosa infraestrutura para o desenvolvimento econômico, pois são raramente isolados, podendo manter uma concentração de pessoas, centros comerciais e mercados de trabalho, além de criar redes locais e internacionais. O potencial econômico dos campos, que podem se tornar cidades de mercado, e os aspectos urbanos presentes, tem implicações para os atores humanitários no que tange o planejamento urbano. A restrição de liberdade de movimento e trabalho, no entanto, gera um grande problema de ociosidade, que afeta principalmente aqueles que antes do refúgio trabalhavam, tornando-os "física e mentalmente aprisionados, sem lar e sem esperança”. Além disso, algumas atividades econômicas podem trazer uma diferenciação que gera hierarquia social. (AGIER, 2002)

Apesar de todos os fatores que limitam a emergência de meios de subsistência em campos, as dinâmicas socioeconômicas que se apresentam nesses locais demonstram a capacidade dos refugiados de adaptar-se à realidade por meio de suas próprias estratégias de autossustento, que será abordado no próximo capítulo. Antes, é necessário apresentar o cenário jordaniano, para que sejam compreendidas as questões específicas do caso sírio que influenciaram a política de acampamento no país.

2.3 – AS POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO NA JORDÂNIA E O CASO SÍRIO

A Jordânia, oficialmente Reino Haxemita da Jordânia, localiza-se no Sudoeste Asiático, na região popularmente conhecida como Oriente Médio. Com apenas 89 mil km² de área, o país faz fronteira com a Arábia Saudita, Iraque, Síria, Israel e Palestina, como mostra a Figura 1. Como será analisado, as crises enfrentadas por esses países afetam não só a segurança da Jordânia, como incentivam grandes fluxos de imigração para o país.

FIGURA 1 – MAPA DA JORDÂNIA



FONTE: SHARP (2018)

De acordo com o censo jordaniano de 2015, 30% da população do país, quase 3 milhões de pessoas, não é jordaniano. Este número representa os imigrantes, refugiados e solicitantes de asilo que lá vivem. O histórico de migração forçada da região²⁵ determina as diferentes origens dos cidadãos jordanianos, que viabiliza uma análise crítica sobre as atuais políticas migratórias do país. (THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN, 2015)

Conforme exposto, a implementação de uma política de acampamento envolve diversos fatores. Enquanto os Estados anfitriões são motivados por questões de segurança e o compartilhamento da carga²⁶ representada pelos refugiados, o interesse dos países desenvolvidos, que financiam as organizações que administram os campos, está em conter os refugiados no Sul. Dessa forma, os países do Norte transferem a responsabilidade sobre o

²⁵ Os séculos XIX e XX marcam o início dos deslocamentos forçados de grande escala na Eurásia, em consequência dos movimentos nacionalistas que emergiam na Europa. (CHATTY, 2013)

²⁶ O compartilhamento da carga significa que alguns Estados contribuem com recursos e outros com o acolhimento. Para ARAR (2017), essa abordagem negociada “transforma o refugiado em uma mercadoria que é “negociada” porque os estados hegemônicos se aproveitam das “desigualdades estruturais construídas e sustentadas por eles [estados hegemônicos].”

acolhimento de refugiados ao Sul. (ARAR, 2017) Para compreender os fatores que levaram à política de acampamento dos sírios, é necessário analisar o contexto histórico, político, econômico da Jordânia, bem como as influências coloniais resultantes da posição geopolítica estratégica do Oriente Médio, que concentra recursos estratégicos para o imperialismo ocidental. (SMAILI, 2015)

Considerada um país escasso em recursos e dependente de fundos externos, a Jordânia possui uma economia baseada em um modelo neoliberal. Esse modelo influenciou não só a cultura, sociedade e política do país, como também contribuiu para o crescimento de um grande mercado de trabalho informal. (DALAL, 2015) O desenvolvimento econômico do país está intimamente relacionado às migrações, principalmente no que tange a migração laboral. A exportação de mão de obra qualificada apresenta-se como um importante recurso, a maioria relacionada à emigração temporária aos países produtores de petróleo no Golfo. Em 2017, as remessas de emigrantes representaram 11% do PIB. (BANCO MUNDIAL, 2018)²⁷

Até os anos 1980, a Jordânia possuía uma política de abertura migratória que incentivava o pan-arabismo. A grande quantidade de emigrantes motivou também a imigração laboral, por meio da mão de obra não qualificada. O colapso da economia rentista da Jordânia nos anos 80, agravado pelo retorno de emigrantes jordanianos do Golfo²⁸, provocou uma mudança para políticas migratórias mais restritivas. Ainda hoje, a economia jordaniana luta com a baixa produtividade e altas taxas de desemprego, que por sua vez agravam a competição entre imigrantes e nacionais no mercado de trabalho. (BEL-AIR, 2016)

Apesar de deter a maior proporção de refugiados do mundo, a Jordânia possui poucos mecanismos jurídicos de proteção à esse grupo. Dentre eles, a Constituição jordaniana de 1952 estabelece em seu artigo 21 que “refugiados políticos não devem ser extraditados por causa de suas crenças políticas ou por sua defesa da liberdade”. (THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN, 1952) A Lei de Residência e Assuntos Estrangeiros de 1973 também se refere aos refugiados quando determina que deve haver exceções à aplicação da lei “por consideração especial relacionada à cortesia internacional ou humanitária ou ao direito de asilo político”,

²⁷ A emigração para os países do Golfo iniciou nos anos 1950, intensificando-se após o boom do petróleo em 1973. Nos anos 1980, os emigrantes representavam 50% da força de trabalho jordaniana. (BALDWIN-EDWARDS, 2005) De acordo com Fargues (2013): “A emigração tornou-se um motor da liberalização monetária. Da mesma forma, as remessas permitiram que economias frágeis se estabilizassem, uma vez que elas foram consideradas uma das fontes de renda mais resilientes em tempos de crise.”

²⁸ Um grande fluxo de refugiados surgiu entre 1990 e 1991, após a invasão iraquiana do Kuwait e a Guerra do Golfo. Aproximadamente 1 milhão de pessoas passaram pela Jordânia, mas apenas um pequeno grupo de iraquianos e aproximadamente 300.000 cidadãos jordanianos, a maioria de origem palestina, se estabeleceram no país. (CHATELARD, 2010)

além de garantir a emissão de *laissez-passer* a apátridas e “refugiados reconhecidos como tal” (THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN, 1973)

A única diretiva específica para refugiados é o Memorando de Entendimento (MoU, sigla em inglês), um acordo entre o governo jordaniano e o ACNUR. Assinado em 1998, o MoU baseia-se na Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, estipulando o direito de proteção dos solicitantes de refúgio enquanto seus status são analisados pelo ACNUR, com exceção dos palestinos que permanecem sob mandato da Agência das Nações Unidas de Assistência aos refugiados da Palestina (UNRWA). (ACNUR, 1998) A partir desse acordo, desenvolve-se um novo modelo de inclusão, oposto ao de construção de campos, que oferece aos refugiados proteção e acesso aos serviços do Estado mas não garante a integração local. Dessa forma, o acordo determina que refugiados não podem se estabelecer permanentemente na Jordânia, deixando para o ACNUR a tarefa de promover as outras duas soluções duradouras: repatriação voluntária e assentamento em um terceiro país. (DAVIS et al., 2017)

É importante ressaltar que nenhum dos países do Oriente Médio é signatário das normas que constituem o Regime Internacional de Refugiados²⁹, ao mesmo tempo em que acolhem 60% dos refugiados do mundo, dos quais quase 10 milhões são palestinos, iraquianos e sírios. Para Chatty (2017), as políticas de acolhimento desses países se baseiam no dever social e religioso de prover hospitalidade e generosidade para o estrangeiro. Segundo Shyrock (2004), “como uma virtude "tradicional" da qual os árabes e os muçulmanos se orgulham, o *karam*³⁰ tornou-se uma característica proeminente da identidade nacional em todo o Oriente Médio.” Essas noções de hospitalidade converteram o espaço nacional em termos de hóspede e anfitrião, onde a nação é um lar.

Chatty (2017) também aponta para o legado do Império Otomano³¹, que foi marcado pelo pluralismo multicultural e religioso. Ainda que o Islã fosse a religião dominante, a liberdade religiosa era prevista pelo sistema de *millets*, que garantia a proteção legal à minorias religiosas, sobretudo cristãos e judeus. O princípio de hospitalidade também aparece nessa época por meio da lei de imigração de 1857. Como resposta aos deslocamentos forçados que começavam a aparecer em grande escala na região, a lei garantia o acesso livre à terras para

²⁹ O apoio dos países árabes ao direito de retorno dos palestinos, conforme previsto na Resolução 194 da ONU, os levou a rejeitar o regime da Convenção de 1951. (BEL AIR, 2016)

³⁰ *Karam* é uma palavra em árabe que geralmente se traduz para generosidade ou hospitalidade. (SHYROCK, 2004)

³¹ O Império Otomano (XIII-XX) englobava os territórios atualmente pertencentes à Síria, Jordânia e outros países do Oriente Médio.

famílias e grupos de imigrantes desprovidos de capital. Em troca, os refugiados deveriam realizar atividades agrícolas e permanecer na terra por 20 anos. (CHATTY, 2013)

O declínio do Império Otomano foi acentuado pela agenda imperial russa, que durante os séculos XIX e XX se expandiu pela Eurásia. A queda do Império também se apresentou como uma oportunidade ao imperialismo europeu, conforme exposto pelo Acordo de Sykes-Picot³² e confirmado pelo Tratado de Sèvres. Assinado em 1920, o tratado concedeu à França mandatos sobre a Síria e o Líbano, e ao Reino Unido sobre a Mesopotâmia e Palestina – que também englobava a Transjordânia, sob à justificativa de que os otomanos ainda não estavam prontos para se autogovernar. Assim, a Jordânia permanece sob o Mandato Britânico e a Síria sob o Mandato Francês até sua independência, ambas em 1946. As consequências das políticas coloniais que moldaram as fronteiras do Oriente Médio neste período podem ser observadas atualmente com advento da Guerra Civil na Síria, que iniciou em 2011 após uma onda de protestos inspirados pela Primavera Árabe. (LOIZOS, 1999; KHAN e KHAN, 2017)

A rivalidade étnica e religiosa se fez presente desde a independência da Síria, por meio de disputas pelo poder que culminaram em dois golpes militares nos anos 1960, colocando o Partido Baath no poder. Pertencente a uma minoria alauíta, o partido passa a governar um país socialmente heterogêneo, que possui uma população 80% sunita, em uma ditadura marcada pela repressão e restrição de liberdades. Em 2000, após a morte de seu pai Hafez al-Assad³³, Bashar al-Assad assume o poder, intensificando ainda mais a divisão da sociedade entre uma elite rica e poderosa e pobres camponeses, subjugando a maioria sunita e fortalecendo os ressentimentos da população ao governo. (HEALY; TYLER, 2013; KHAN; KHAN, 2017; FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014)

A insatisfação gerou uma onda de protestos que iniciaram no dia 15 de março de 2011 na cidade de Deraa, no sul do país. As manifestações foram respondidas com forte repressão do governo, que iniciou uma perseguição a grupos opositores ao regime marcada por mortes e prisões. Ao mesmo tempo, as forças opositoras ordenadas pelo Free Syrian Army (FSA) e a Syrian National Coalition cresciam e se fortaleciam, reagindo aos ataques e desencadeando uma guerra civil no país. (KHAN; KHAN, 2017; FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014)

³² O Acordo de Sykes-Picot foi um ajuste secreto feito entre Reino Unido e França, que previa a divisão do Império Otomano, após sua derrota na Primeira Guerra, em quatro territórios: Síria e Líbano, prometidos à França; e Iraque e Palestina (que incluía também os territórios de Israel e Jordânia), prometidos ao Reino Unido. (KHAN; KHAN, 2017)

³³ Hafez al-Assad tornou-se presidente em 1971, iniciando um mandato que ganhou popularidade com as políticas de desenvolvimento econômico, educação, fortalecimento militar e oposição a Israel; ao mesmo tempo em que reprimia cruelmente a oposição. (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014))

Para entender os múltiplos fatores que influenciam o conflito, deve-se levar em consideração a posição geopolítica da Síria, que por sua posição estratégica no Oriente Médio torna-se periodicamente um campo de batalha para potências internacionais e regionais competirem por sua influência e controle. Ainda que durante o período pós-colonial a Síria tenha exercido sua soberania nas relações regionais, seu histórico demonstra a influência dos interesses coloniais ocidentais, que voltaram a atuar durante a guerra. Dentre as forças que se opõem ao governo estão grupos paramilitares, ex-militares, curdos, grupos islamitas moderados e jihadistas como o próprio Estado Islâmico, bem como frentes radicais aliadas à Al-Qaeda. Os atores globais e regionais formaram alianças que de um lado inclui Rússia, Síria, Irã e Hezbollah ao lado de Assad enquanto Estados Unidos, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Qatar, Israel e França apoiam a oposição. O grande número de atores com diferentes interesses, a ascensão de grupos terroristas e as constantes violações de direitos humanos de todas as partes agravam a situação do país e dificultam o advento de uma solução duradoura. (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014; KHOURI, 2018)

Antes de abordar as consequências do conflito sírio na Jordânia, é preciso analisar dois outros grandes fluxos de refugiados que ocorreram na região no período pós-colonial e que influenciaram as políticas migratórias no país. O primeiro deles foi resultado da partilha da Palestina, em 1947, que marcou o início da guerra árabe-israelense. Em 1948, a UNRWA foi criada pela Resolução 302 da Assembleia Geral da ONU para atender os mais de 700 mil refugiados palestinos que surgiram após a criação do Estado de Israel em 1948 (BOCCO, 2010).

Em 1950, a Cisjordânia foi anexada à Jordânia pelo rei Abdullah I em consequência da guerra. Com isso, refugiados que viviam em ambos territórios tinham acesso garantido aos serviços da UNRWA. Aos palestinos, foi dado status duplo de cidadãos e refugiados, um modelo de integração legal que facilitou sua inclusão social e econômica. Como consequência a população jordaniana cresceu três vezes seu tamanho, de 500.000 para 1.5 milhão, dos quais 1/3 eram refugiados.

A crescente pressão nos serviços fez com que o governo passasse a promover a criação de campos de refugiados, com o objetivo de facilitar a distribuição de ajuda humanitária e reduzir custos logísticos. O governo fez então um acordo com a UNRWA, dando à organização um status de municipalidade, tornando-a responsável por todos os serviços dentro dos campos. Dessa forma, o governo jordaniano para a identificar a vantagem dos refugiados no que tange o crescimento econômico do país, por meio da ajuda da comunidade internacional ao desenvolvimento para integrar os refugiados. (DAVIS et al., 2017; CHATELARD, 2010)

Com a segunda guerra árabe-palestina de 1967, em que Israel ocupou a Cisjordânia, Faixa de Gaza, Península Sinai (Egito) e Colinas de Golã (Síria), 300.000 palestinos fugiram para a Jordânia. Este momento marca o início das políticas excludentes por parte do país. Palestinos advindos da Cisjordânia não eram considerados refugiados, pois eram antes cidadãos jordanianos, enquanto aqueles advindos da Faixa de Gaza recebiam um tratamento diferente, pois eram considerados “estrangeiros árabes” com acesso à UNRWA. Para o governo, essa política estaria ajudando a causa palestina ao incentivar o retorno dos refugiados à Palestina. (DAVIS et al., 2017)

Após 1967, a maioria dos palestinos tinham os mesmos direitos que os cidadãos jordanianos, com exceção dos advindos de Gaza, que não possuíam nenhum direito social além dos serviços da UNRWA. Em 1970, o governo pediu que os palestinos advindos da Cisjordânia também se registrassem com a UNRWA. Os palestinos passaram então a representar 60% da população jordaniana. Em 1988, o governo jordaniano cortou todos os laços com a Cisjordânia e os palestinos advindos da região perderam a cidadania e tornaram-se cidadãos temporários, com passaporte válido por dois anos. (DAVIS et al., 2017)

Em 2003, outro grande fluxo de refugiados surgiu na região em consequência da intervenção militar no Iraque, encabeçada pelos Estados Unidos e Reino Unido junto com outros países ocidentais. Como resultado, dois milhões de iraquianos buscaram refúgio entre 2005 e 2007, a maior parte na Síria, Líbano e Jordânia – que já abriga o maior número de palestinos. Ainda que o ACNUR tenha garantido o status de refugiado a todos os iraquianos, o governo jordaniano referiu-se ao grupo como “hóspedes”. Neste momento, o governo inicia um novo modelo de inclusão dos refugiados aos serviços, lançando uma inovadora estratégia de financiamento. Já que os serviços estavam sendo pressionados pelos refugiados, o governo fazia um apelo para que a ajuda internacional aos refugiados fosse voltada para o desenvolvimento do país para que o resto da população também fosse beneficiado. (FARGUES, 2013; DAVIS et al., 2017)

Esse modelo de absorção temporária que foi inicialmente empregada aos refugiados iraquianos, continuou a ser usado para outros refugiados, inclusive os sírios. Mas, apesar de efetivo para atrair investimentos, limita os refugiados à uma condição de incerteza, os privando de votar, trabalhar e até mesmo estabelecer-se no país de forma sustentável. Além disso, as políticas baseadas na origem do refugiado e os financiamentos internacionais voltados à uma nacionalidade específica, acabam por gerar uma hierarquia de ajuda, que exclui os grupos menores e de menos visibilidade, como os sudaneses e somalianos. Cria-se assim um “abismo

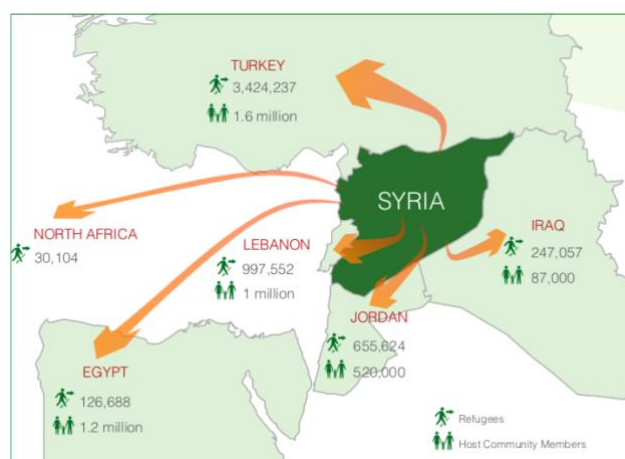
legal” aos refugiados, que dependem de uma política de distinção baseada em origem (DAVIS et al., 2017)

Com o advento do conflito na Síria, o governo jordaniano recebeu os refugiados sírios da mesma forma que os iraquianos, com uma política de portas abertas, tratando-os como “hóspedes” e não como refugiados. Ao ACNUR, cabia a função de determinar o status e fornecer o Certificado de Solicitante de Refúgio. Além disso, os refugiados deveriam se registrar no Ministério do Interior (MoI, sigla em inglês) para adquirir um cartão de serviço que conferia acesso aos serviços públicos. (DAVIS et al., 2017)

O auge do fluxo ocorreu entre janeiro e abril de 2013, com chegada de até 4.000 refugiados por dia. Esse fluxo foi diminuindo com o aumento da dificuldade para chegar na Jordânia, em consequência das disputas de território na fronteira sul. (ROTH; NIMEH; HAGEN-ZANKER, 2017) Ainda assim, até o final de 2017, mais de 1,3 milhão de sírios haviam buscado refúgio na Jordânia, dentre os quais 655 mil são refugiados registrados. (THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN, 2017)

Como mostra a Figura 2, a grande maioria dos sírios busca refúgio nos países fronteiriços, representando um grande impacto à esses países – que já apresentavam desafios internos. Em 2017, 5,4 milhões de sírios estavam registrados como refugiados na Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque e Egito. A Jordânia é um dos países que mais acolhe, atrás apenas da Turquia e do Líbano. (3RP, 2017)

FIGURA 2 – FLUXO DOS REFUGIADOS SÍRIOS

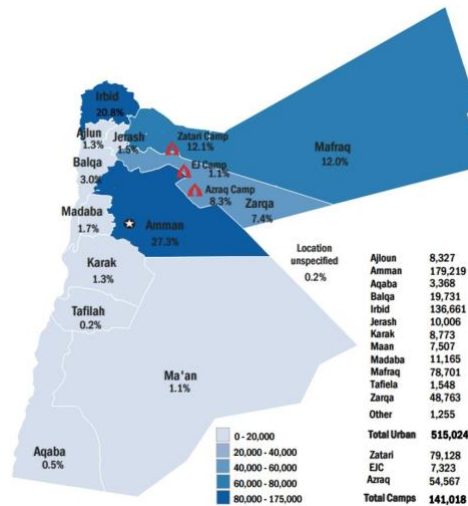


FONTE: 3RP (2017)

Devido as proximidades geográfica e cultural entre o centro-sul da Síria e o norte da Jordânia, a maioria dos refugiados sírios se concentrou nessa região, pressionando a economia

e os recursos já escassos, causando tensões e discriminação contra refugiados. (DALAL, 2015) Como a Figura 3 ilustra, atualmente 73% do total de refugiados sírios encontram-se nas províncias de Amman, Irbid e Mafráq. Em Mafráq, os sírios representam mais da metade da população, ainda que metade desses viva no campo. No resto do país, a vasta maioria vive em áreas urbanas. Apenas 140 mil vivem em campos de refugiados. (ACNUR, 2018)

FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA JORDÂNIA



FONTE: ACAPS (2016)

A crise síria na Jordânia afetou não só o comércio internacional do país, já que a Síria era um dos principais parceiros comerciais e pontos de acesso do comércio regional, como também as vulnerabilidades estruturais, devido ao aumento da demanda pelos recursos públicos. O Conselho Econômico e Social Jordânico avaliou que o custo da crise síria ao país seria de 1.2 bilhões de dólares em 2015, com uma expectativa de aumento para 4.2 bilhões de dólares de encargo financeiro no ano seguinte. (ACHILLI, 2015; AL-KILANI, 2014)

Em resposta à crise, o governo jordaniano criou uma política nacional denominada “Plano Jordânico de Resposta à Crise Síria” (JRP, sigla em inglês). Em parceria com doadores, agências da ONU e ONGs, o objetivo dessa política é conciliar a ajuda humanitária aos objetivos de desenvolvimento do país, fornecendo aos sírios acesso aos serviços públicos financiados pela comunidade internacional. (THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN, 2017)

Este modelo, no entanto, não foi aplicado igualmente a todos os refugiados sírios. Desde 2012, palestinos vindos da Síria são proibidos de entrar no país e acessar serviços. Apesar de continuarem a se registrar com a UNRWA na Jordânia, o status irregular colocam eles sob risco

de prisão e deportação se descobertos pelas autoridades. Essa política reflete o modelo de ajuda jordaniano, que se baseia na nacionalidade do refugiado em busca de atrair atenção e ajuda internacional para desenvolvimento com base em fluxos específicos, em um país que possui refugiados de 57 nacionalidades diferentes. (ACNUR, 2018g; DAVIS et al., 2017)

Comparado com outros países do Oriente Médio, a Jordânia possui um sistema de proteção social bem desenvolvido para a população. Para refugiados, diversos programas de assistência são operados por Organizações Internacionais e ONGs. Esses programas incluem assistência em dinheiro, educação, emprego e proteção, que complementam os serviços oferecidos pelo governo. No entanto, o financiamento desses programas é cada vez menor devido ao grande número de beneficiários e a desmotivação dos doadores. (ROTH; NIMEH; HAGEN-ZANKER, 2017)

Apesar do aparato humanitário, 92% dos refugiados sírios na Jordânia ainda encontram-se em situação altamente vulnerável, com altos níveis de dívida e baixos níveis de despesas per capita, de acordo com o Vulnerability Assessment Framework (VAF, 2017). Além disso, o grande número de refugiados sírios acarretou em uma grande pressão em diversos serviços públicos da Jordânia, o que prejudica tanto a comunidade local quanto os refugiados, que muitas vezes obtém renda através da assistência humanitária em detrimento de trabalho. (CARE, 2017)

O setor mais afetado foi o mercado de trabalho, pois a maioria dos sírios na Jordânia vinham de classes menos favorecidas, com um menor nível educacional que os jordanianos e mais experiência nos ramos de construção, agricultura e indústria. Como o governo restringiu os direitos dos sírios ao trabalho, o mercado de trabalho informal sofreu um grande crescimento, resultando em piores condições trabalhistas para os refugiados, que trabalham mais e ganham menos. Um estudo publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2015 revelou que apenas 10% dos refugiados sírios que trabalhavam possuíam permissão de trabalho formal enquanto a grande maioria trabalhava na economia informal, submetidos a salários baixos e condições precárias. (OIT, 2017; DAVIS et al., 2017)

Apesar de a Jordânia ter passado por um período de crescimento da economia e do PIB per capita e ser classificada pelo Banco Mundial (2018) como um país de renda “média-alta”, ainda existem diversos problemas estruturais. A taxa de desemprego na Jordânia é alta: quase 78% para refugiados sírios e 65% para cidadãos jordanianos. (OIT, 2017) Parte da comunidade jordaniana relata necessidades semelhantes às dos refugiados sírios, como a de trabalhar para equilibrar as contas. Segundo avaliação urbana da Care (2017), 88,9% dos refugiados sírios, 80,9% dos cidadãos jordanianos e 79,6% de outras minorias de refugiados relataram que

estavam endividados, sendo que muitos dependem de mecanismos de enfrentamento não sustentáveis, como empréstimos.

A pressão no mercado de trabalho e nos serviços, bem como a superpopulação de refugiados nas províncias do norte³⁴, influenciaram negativamente a percepção pública, causando em jordanianos e sírios tensões relativas à preocupação com salário, condições e acesso a emprego. Uma pesquisa de opinião feita em Mafraq em 2012 retratou a rejeição sofrida pelos refugiados, indicando a preferência de 80% da população pela estadia dos refugiados em campos, longe das cidades. Como uma maneira de acalmar os cidadãos jordanianos e diminuir as pressões no mercado de trabalho e serviços, a Jordânia pressionou para a implementação de uma política de acampamento. (DAVIS et al., 2017)

Em resposta à demanda do governo e com o objetivo de abrigar os refugiados sírios que chegavam constantemente à província de Mafraq, o ACNUR juntou-se à ONG Jordan Hashemite Charity Organization (JHCO) para planejar a construção de um campo de refugiados. No dia 28 de julho de 2012, em uma área afastada de Mafraq e nas terras das forças armadas jordanianas, o campo de Zaatari³⁵ foi aberto. Se antes o país tinha o menor financiamento internacional dos países fronteiriços da Síria que acolhiam refugiados, a criação de Zaatari logo atraiu atenção e fundos. Após Zaatari, outros quatro campos foram abertos: Azraq e Emirati Jordanian Camp, em Zarqa; e King Abdullah Park e Cyber City, em Irbid. (LEDWITH, 2014; DAVIS et al., 2017)

De acordo com Davis et. al. (2017), a criação de campos de refugiados representa um modelo misto da administração jordaniana, onde há uma absorção temporária dos refugiados que vivem fora dos campos e uma administração separada aos que vivem nos campos. Para Achilli (2015), as restrições implementadas pelo governo jordaniano fazem parte do interesse em diminuir a crescente comunidade urbana de refugiados na Jordânia. Atualmente, cerca de apenas 20% dos refugiados vivem nos campos, enquanto a maioria está nos perímetros urbanos.

Em meio a este cenário, o governo jordaniano passa a dificultar a entrada dos sírios no país, iniciando uma política não-oficial de restrição aos sírios que cruzavam a fronteira, abrindo e fechando-as esporadicamente³⁶. Em 2014 houve uma drástica diminuição do fluxo, o que

³⁴ Em Mafraq, a população dobrou após a chegada de mais de 100.000 refugiados, aumentando assim a demanda pelos serviços aumentaram. Como consequência, a prefeitura precisa depender de doações internacionais para financiar seus serviços. (BANK, 2016)

³⁵ O campo de Zaatari será abordado de forma mais aprofundada no capítulo 4 desta monografia.

³⁶ Em meados de 2016, entre 35 e 40 mil sírios ficaram presos por três meses no leste da fronteira entre Síria e Jordânia, região conhecida como “the Berm”, impedidos de entrar na Jordânia e temerosos de retornar à Síria, sem acesso à assistência humanitária. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2016)

preocupou organizações internacionais como ACNUR e OIM quanto à essa política não-oficial, já que abertamente o governo declarava manter uma política de fronteiras abertas. ONGs como a Anistia Internacional e Human Rights Watch também denunciaram práticas de deportação, contrárias ao princípio de *non-refoulement* e que violavam normas internacionais. Essa política possui semelhanças à feita com os refugiados palestinos, acolher em um primeiro momento e depois fechar as fronteiras. (ACHILLI, 2015)

Também em 2014, foram criadas novas barreiras de acesso aos serviços. O governo proibiu o ACNUR de emitir documentação para sírios que saíram dos campos sem autorização, impedindo-os de acessar os serviços das organizações e do governo. Sírios que eram encontrados trabalhando ilegalmente ou fugidos dos campos eram obrigados a voltar aos mesmos. O acesso à saúde também foi prejudicado. Os sírios, que antes possuíam acesso gratuito a esses serviços, passaram a pagar a mesma taxa cobrada a jordanianos que não possuem plano de saúde. Sírios com o cartão do MoI pagavam taxas menores, que ainda eram inacessíveis para muitos. Em 2015, o governo iniciou um procedimento de “verificação urbana”, recadastrando refugiados que viviam nos perímetros urbanos para confirmar a elegibilidade de acessar os serviços, aumentando as restrições. (DAVIS et al., 2017; AMNESTY INTERNATIONAL, 2016)

Em entrevista à BBC, o rei Abdullah II foi questionado sobre a responsabilidade moral que a Jordânia tinha de aceitar os refugiados. Em resposta às acusações sobre o fechamento de fronteiras, o rei alega preocupações de segurança e reivindica a soberania, relacionando às preocupações dos próprios países do Norte que fecharam suas fronteiras em meio à “crise de refugiados da Europa”. Reconhecendo a falha da comunidade internacional, o rei alegou a disposição da Jordânia em aceitar um grande número de refugiados, reiterando que respeitará a capacidade de absorção local. (ARAR, 2010)

A infraestrutura sobrecarregada e a escassez de recursos são justificativas plausíveis para a política de restrição de fronteiras, mas a questão da segurança também tem seu papel nesse processo. O medo do jihadismo, que tem crescido da região, levou o governo jordaniano a participar da campanha encabeçada pelos Estados Unidos de combate ao grupo terrorista ISIS. (ACHILLI, 2015) Ainda assim, Turner (2015) acredita que a criação de campos de refugiados para sírios foi mais influenciada pelo histórico jordaniano de acolhimento de refugiados, que reconheceu o potencial de visibilidade dos campos que facilita a arrecadação de fundos, do que pelas preocupações com a segurança.

Esta política, que restringe a liberdade de movimento nas áreas urbanas ao mesmo tempo em que dificulta a saída dos refugiados dos campos, afeta a proteção na medida em que diminui o espaço humanitário, aumenta as deportações e incentiva os refugiados a práticas nocivas. Ao controlar cada vez mais a assistência humanitária, o governo coloca a proteção dos refugiados sob ameaça, dificultando o fornecimento de serviços pelas organizações humanitárias. Os refugiados sem documentação são então privados do acesso a serviços básicos, enfrentando uma situação de vulnerabilidade, que prejudica ainda mais grupos já vulneráveis como mulheres, crianças, idosos e deficientes. (ACHILLI, 2015; KATAA, 2015; DALAL, 2015)

A diferença entre a renda e os gastos e a dificuldade em manter meios de subsistência saudáveis também tem colocado os refugiados em situação de vulnerabilidade, buscando alternativas prejudiciais como diminuir o consumo de alimentos, retirar os filhos da escola e aceitar empregos perigosos e abusivos. O resultado é o aumento de refugiados que se colocam em risco retornando à Síria, seja de forma voluntária ou forçada. Além disso, registra-se um crescimento de práticas como o trabalho infantil, o casamento precoce, a violência doméstica, entre outros, que relacionam-se às crescentes vulnerabilidades enfrentadas pelos refugiados sírios, fruto das restrições que fazem parte da política de acampamento praticada pelo governo. (ACHILLI, 2015; KATAA, 2015; CARE, 2017)

A análise do conflito na Síria, que já perdura por sete anos, permite o reconhecimento de que a questão está longe de apresentar uma solução que permitiria a repatriação. Desta forma, sobram a integração local e o reassentamento como soluções para a situação de refúgio prolongada dos sírios. A dificuldade em promover o reassentamento pode ser ilustrada pelo acordo de contenção de refugiados da União Europeia com a Turquia³⁷, que demonstra a apatia dos países do Norte à esta solução duradoura. Com isso, a integração local permanece como alternativa mais próxima para os sírios.

Neste contexto, em 2016 foi assinado um novo pacto para lidar com as situações de refúgio prolongado: o Jordan Compact³⁸. Em troca de melhorar o ambiente econômico do país por meio de doações e trocas comerciais com a União Europeia, a Jordânia comprometeu-se em aumentar o acesso à educação e ao mercado de trabalho para os sírios. O plano baseia-se

³⁷ Segundo este acordo, "todos os imigrantes irregulares que chegarem da Turquia até as ilhas gregas a partir de 20 de março de 2016 serão devolvidos à Turquia". Em troca, a Turquia recebe incentivos financeiros e isenção de visto para turcos. (PARLAMENTO EUROPEU, 2016)

³⁸ O acordo foi assinado na London Conference, uma conferência entre países doadores da Síria organizada pelo Reino Unido, Alemanha, Kuwait, Noruega e Estados Unidos, que aconteceu em fevereiro de 2016. (BARBELET; HAGEN-ZANKER; MANSOUR-ILLE, 2018)

em três pilares: tornar a crise síria uma oportunidade de desenvolvimento por meio do investimento e criação de empregos; reconstruir comunidades financiando o JRP; e fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de apoio financeiro à economia jordaniana.

Em 2017, a OIT fez uma análise sobre os impactos imediatos do Jordan Compact. A organização verificou que até o ano de 2017 foram distribuídas 45.000 permissões de trabalho para refugiados sírios, uma conquista do acordo na inserção de sírios no mercado formal. No entanto, verificou-se que embora as permissões proporcionem mais segurança aos trabalhadores, ainda são difíceis de conseguir e não acompanham grandes melhoras nas condições de trabalho. Embora tenha aumentado as oportunidades para sírios entrarem formalmente no mercado, os refugiados urbanos permanecem preocupados com as barreiras estruturais ao trabalho legal. A taxa de desemprego na Jordânia é alta: quase 78% para refugiados sírios e 65% para cidadãos jordanianos. Muitos refugiados preferem permanecer no setor informal devido à flexibilidade, bem como os altos custos para adquirir as permissões de trabalho. Ainda é cedo para prever, mas será preciso esforço para garantir que esse acordo para desenvolvimento econômico reflita de fato em melhoria para os refugiados. (OIT, 2017)

Segundo a análise de Barbelet, Hagen-Zanker e Mansour-Ille (2018), como o Jordan Compact incorporou apenas os interesses dos Estados que o assinaram, ele tem tido pouco impacto na melhoria vida dos refugiados, já que não integrou suas perspectivas na formulação. Dessa forma, o acordo não apresenta soluções para os maiores problemas dos refugiados, como a liberdade de movimento e o princípio de *non-refoulement*.

Como foi visto neste capítulo, o interesse em atrair doações internacionais foi um dos principais fatores para a implementação da política de acampamento dos sírios. Apesar de ser um país que possui diversos problemas internos, a Jordânia é também um dos países que mais acolhe refugiados no mundo, com a maior proporção relativa à sua população. Dessa forma, a política de acampamento aparece como um chamado ao compartilhamento da responsabilidade com a comunidade internacional, em especial os países desenvolvidos. Contudo, vimos que as políticas de acampamento, que durante anos foram promovidas pelo Regime Internacional de Refugiados, não garantem uma solução duradoura. Pelo contrário, as restrições de movimento e trabalho dificultam a vida dos refugiados e prolongam a situação de refúgio.

Contrário à esta lógica de dependência, a autossuficiência apresenta-se como uma nova abordagem que procura garantir que os refugiados alcancem meios de subsistência sustentáveis. O capítulo a seguir irá apresentar como se desenvolveu esta mudança de abordagem, para então analisar o protagonismo dos próprios refugiados na busca pela independência.

3 O AUTOSSUSTENTO COMO ALTERNATIVA À DEPENDÊNCIA

3.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como foi analisado no capítulo anterior, a implementação de uma política de acampamento envolve diversos fatores que se relacionam a interesses estatais. Para os Estados anfitriões, campos apresentam-se como uma alternativa para as preocupações com segurança e o alívio da carga sobre a comunidade local. Para os países desenvolvidos, maiores financiadores das organizações internacionais, esta abordagem parte de uma política de contenção dos refugiados no Sul, também abordada sob uma ótica de segurança. O discurso humanitário que é utilizado pelas organizações parte de um ponto de vista que coloca os refugiados como dependentes de ajuda. Isso demonstra uma visão que é compartilhada, de que os refugiados representam um problema e não uma oportunidade econômica.

Além disso, a interpretação de que o refúgio é uma situação temporária está no cerne dessa política. Criados para o fornecimento de assistência emergencial, os campos apresentam um cenário que limita a liberdade de movimento e trabalho dos refugiados. Com o prolongamento da situação de refúgio, que pode ocorrer devido à complexidade dos conflitos nos países de origem – como é o caso do conflito sírio –, os campos promovem a dependência no longo-prazo e tornam-se insustentáveis, já que se baseiam em financiamentos emergenciais que diminuem com o tempo. Com isso, um grande número de refugiados permanece nesses locais por anos em uma situação de limbo, à espera de uma solução duradoura.

Como forma de superar esses desafios, surgem diversos esforços para abordar refugiados sob uma ótica de desenvolvimento. Por meio de programas voltados à promoção de meios de subsistência, as organizações buscam diminuir os custos e aumentar a eficiência da ajuda, reconhecendo o potencial econômico dos refugiados. Contudo, as políticas nessa área tiveram pouco sucesso, tanto pelo desinteresse político quanto pela falha de planejamento dos programas. Ao mesmo tempo, os refugiados tem encontrado suas próprias soluções para superar a dependência e tornar-se protagonistas de sua própria vida. Desta forma, é necessário apresentar uma nova narrativa que identifique o protagonismo dos refugiados, para que o seu potencial seja de fato reconhecido.

Este capítulo irá apresentar as vantagens do autossustento para solucionar as situações de refúgio prolongadas e como essa perspectiva foi incluída nas mudanças de abordagem do

Regime Internacional de Refugiados, com o intuito de identificar a importância de reconhecer os refugiados como protagonistas a partir da observação de suas próprias estratégias de subsistência que emergem em campos de refugiados.

3.2 – O AUTOSSUSTENTO E AS MUDANÇAS DE ABORDAGEM NO REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS

Por muito tempo, a assistência humanitária em campos colocou a ajuda emergencial acima da proteção, voltando-se ao suprimento das necessidades mais urgentes. O excesso de dependência e ociosidade resultante desse modelo, todavia, acarreta em sérios problemas de proteção e insegurança. Enquanto o princípio de *non-refoulement* era priorizado, outros direitos como trabalho e propriedade foram marginalizados. O direito ao autossustento está garantido na Convenção de 1951, nos artigos 17, 18 e 19 que garantem aos refugiados os direitos ao emprego assalariado, ao emprego autônomo e às profissões liberais, nessa ordem. O autossustento também está presente na Declaração Universal de Direitos Humanos (Artigo 23.1) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Artigo 6). (SMITH, 2004; CAVAGLIERI, 2005)

Como forma de superar esses desafios, a autossuficiência surge como uma abordagem que busca garantir os meios de subsistência³⁹ dos refugiados. Segundo o ACNUR (2005b),

“A autossuficiência é a capacidade social e econômica de um indivíduo, um lar ou uma comunidade para atender às necessidades essenciais (incluindo proteção, alimentação, água, abrigo, segurança pessoal, saúde e educação) de maneira sustentável e com dignidade. Autossuficiência, como uma abordagem de programa, refere-se ao desenvolvimento e fortalecimento dos meios de subsistência das pessoas em causa e à redução da sua vulnerabilidade e confiança a longo prazo na assistência humanitária/externa.”

Ao abordar refugiados sob uma ótica de desenvolvimento, a autossuficiência diminui os custos e aumenta a eficiência da ajuda. As pesquisas nessa área apontam para o potencial econômico que os refugiados apresentam ao serem integrados na comunidade local, empoderando esses indivíduos ao redefinir seu papel para além do contexto de emergência. O potencial econômico representado pelos refugiados está relacionado não só a sua capacidade produtiva, mas também ao fato de que sua presença atrai fundos humanitários internacionais

³⁹ Omata e Kaplan (2013) definem meios de subsistência como “meios usados para manter e sustentar a vida”.

para desenvolvimento, “oferecendo benefícios duplos ao crescimento econômico dos Estados anfitriões”. (ALEINKOFF, 2015; BETTS et al., 2014) Para Aleinikoff (2015):

Nesta perspectiva, devemos ver os refugiados em termos de desenvolvimento: eles são um grupo de pessoas potencialmente produtivas, capazes de se cuidar e de contribuir para a economia da comunidade anfitriã. Como muitos campos e assentamentos de refugiados estão localizados em áreas menos desenvolvidas dos Estados hospedeiros, o potencial dos refugiados de contribuir para o desenvolvimento adquire um valor agregado. (ALEINKOFF, 2015)

Neste sentido, Jacobsen (2002) aponta para a importância da assistência humanitária em criar meios de subsistência:

A busca de meios de subsistência por parte dos refugiados pode aumentar a segurança humana porque as atividades econômicas ajudam a recriar a interdependência social e econômica dentro e entre as comunidades e podem restaurar as redes sociais com base na troca de trabalho, bens e alimentos.

Para Jamal (2003), prover segurança é garantir que refugiados tenham o necessário para uma existência produtiva, identificando e superando as barreiras à autossuficiência, que incluem barreiras legais de liberdade de movimento, emprego e acesso à terra. Segundo Jacobsen (2002), a segurança humana envolve a segurança civil, econômica e política, em “uma situação onde as pessoas podem buscar meios de subsistência sem conflitos violentos”. Desta forma, a ajuda humanitária deve deixar de focar em soluções a curto prazo, voltando-se ao desenvolvimento e à promoção da liberdade, acesso e trabalho como forma de tornar os refugiados menos dependentes de ajuda e mais capazes de superar problemas.

Refugiados e comunidades em situação de conflito sofrem riscos como a violência e o deslocamento, o que dificulta a busca por meios de subsistência. Grupos vulneráveis, como crianças e mulheres, sofrem ainda mais com marginalização, perda de identidade, abuso e trabalho escravo. O incentivo aos meios de subsistência cria mecanismos para que as comunidades afetadas possam recriar papéis e oportunidades. Mulheres, por exemplo, podem tornar-se mais autônomas ao envolver-se em atividades econômicas. Ao perseguir meios de subsistência, os refugiados tem como objetivos imediatos proteger-se da violência, reduzir as vulnerabilidades econômicas e a insegurança alimentar, encontrar uma residência e localizar familiares. Para alcançá-los, dependem do acesso a recursos econômicos, sociais e culturais, que podem ser dificultados pelas políticas dos governos anfitriões, como a manutenção do

status temporário; falta de critérios de proteção e segurança; e restrições de liberdade de movimento, propriedade e emprego. (JACOBSEN, 2002)

Krause (2017) sugere que a cooperação ao desenvolvimento no contexto dos refugiados contribui tanto para os países hóspedes do Sul global, quanto para os refugiados em situação de refúgio prolongada, ao criar espaços para o desenvolvimento pessoal. Dessa forma, a ajuda aos refugiados voltada ao desenvolvimento pode contribuir com o compartilhamento das responsabilidades entre os Estados, o desenvolvimento sustentável dos países acolhedores e a promoção das habilidades dos refugiados.

Desde os anos 1960, o ACNUR realizou diversos programas com o objetivo de tornar a ajuda aos refugiados orientada ao desenvolvimento e promover a autossuficiência⁴⁰. Baseados na implementação de assentamentos rurais, sobretudo no continente africano, esses programas tinham como objetivo fornecer ajuda humanitária e meios para a produção agrícola, até que os refugiados adquirissem a autossuficiência e a ajuda fosse retirada. No entanto, os resultados dessas políticas foram frustrantes, já que ao invés de adquirirem autossuficiência, os refugiados continuaram a depender da ajuda humanitária. (CRISP, 2001; KRAUSE, 2017)

Como Hunter (2009) reconhece, essas abordagens não apresentam diferenças com relação à política de acampamento, já que continuaram a confinar os refugiados em assentamentos. Da mesma forma, essas políticas sugerem que todos os refugiados tem as mesmas necessidades, ignorando as necessidades específicas de cada um e limitando as oportunidades de subsistência às atividades agrícolas, em uma ideia irrealista de que refugiados podem sobreviver apenas com a agricultura e que todos devem ter habilidades nessa área. Segundo a autora, a implementação de assentamentos está relacionada às decisões dos governos locais de restringir os direitos e liberdades dos refugiados e à própria estrutura organizacional do ACNUR, que depende de doações e decisões políticas. Assim sendo, o interesse do ACNUR nessa abordagem parte de uma necessidade de redução da capacidade material, devido aos constantes déficits.

Como argumento para a falha desse modelo, as agências humanitárias constataram que os refugiados sofrem um tipo de síndrome da dependência. Para Kibreab (1993), esta ideia de que os refugiados “adaptaram-se” a ajuda e tornaram-se sedentários é errônea, pois assume que os refugiados não possuem vontades além de satisfazer suas necessidades básicas, ignorando

⁴⁰ Alguns desses programas foram: “Integrated Zonal Development Approach”, implementado nos anos 1960; “Refugee Aid and Development Approach”, concebido nos anos 1980 na Conferência Internacional sobre a Situação dos Refugiados em África (ICARA, sigla em inglês); e “Targeted Development Assistance”, gerada na Convention Plus, iniciativa coordenada pelo ACNUR em 2003. (CRISP, 2001; KRAUSE, 2017)

sua cultura e história. Pelo contrário, a dependência prolongada não afetou o desejo e disposição dos refugiados para trabalhar, que aproveitavam qualquer oportunidade de geração de renda, envolvendo-se em atividades econômicas que produziram mercados prósperos e trouxeram vida e dinamismo à economia regional. O autor argumenta que a autossuficiência não foi atingida porque o contexto era desfavorável, tanto pelas políticas governamentais restritivas às atividades produtivas, quanto pela falta de inclusão dos refugiados nos programas das organizações.

De acordo com Kibreab (1989), os assentamentos locais como foram estabelecidos em África não apresentam uma solução duradoura. Pelo contrário, são lugares temporários em que os refugiados recebem ajuda para tornar-se autossuficientes até que as condições no país de origem melhore. Assim, mesmo que os refugiados tenham atingido a autossuficiência – o que não ocorreu na maioria dos casos –, a falta de liberdade de movimento e de oportunidades de trabalho na comunidade local permaneceram, indicando uma tentativa de impedir a integração para que a perspectiva de repatriação não fosse enfraquecida.

Segundo Crisp (2001), o interesse dos países anfitriões nessa abordagem não era integrar os refugiados, mas sim compartilhar a carga com a comunidade internacional. Em contrapartida, a intenção dos países doadores era encontrar uma solução para os refugiados, já que não tinham interesse em continuar financiando campos e assentamentos por um período indefinido. Desse modo, os doadores desconfiavam que a ajuda ao desenvolvimento dos refugiados estava sendo usada pelos Estados para financiar seu próprio desenvolvimento. Assim, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990 – que coincide com o fim da Guerra Fria –, a repatriação passa a ser a solução prioritária do ACNUR, tanto pela mudança de interesses dos países desenvolvidos quanto pelo retorno de milhões de refugiados ao seu país de origem⁴¹. Ainda que milhões de pessoas tenham sido repatriadas, críticas apontam que esta abordagem “pós-conflito” foi aplicada em muitos países que não possuíam estabilidade, apenas pelo interesse dos Estados doadores em encontrar uma solução para diminuir o financiamento à ajuda aos refugiados.

Em consequência da falta de atenção à integração local e devido à longa duração dos conflitos, entre os anos 1980 e 1990, 22% dos refugiados estavam em situação de refúgio prolongada. Ao invés de apresentar soluções inovadoras à essa questão, os Estados e o ACNUR

⁴¹ Os anos 1990 ficou conhecido como a “década da repatriação”, pelo fato de que nove milhões de refugiados foram repatriados. O ACNUR participou desse processo por meio de uma nova abordagem voltada à reintegração dos refugiados, “Returnee Aid and Development”. (KRAUSE, 2017)

continuaram a implementar programas de “cuidado e manutenção” que não favoreciam a autossuficiência e não integravam os refugiados à comunidade local. (CRISP, 2003) Para Jacobsen (2001), a alternativa para esta problemática é a revitalização da integração local, que nunca deixou de ocorrer de forma informal mesmo que a maioria dos países anfitriões não a apoiassem.

Como aponta Kibreab (1989), “a integração é um processo econômico, social e cultural pelo qual os refugiados se tornam membros da sociedade de acolhimento em uma base permanente, independentemente de como as coisas se desenvolvem em seus países de origem”. Segundo Jacobsen (2001), os refugiados estão de fato integrados quando não estão em perigo; não estão confinados em campos e assentamentos; dispõem de meios de subsistência sustentáveis, desfrutam de acesso à educação, saúde e habitação; e possuem conexões com a comunidade local. Os maiores argumentos para que os países hóspedes decidam pelo acampamento de refugiados são questões de segurança e a carga sobre os recursos. Na verdade, campos agravam a insegurança e refugiados são responsabilizados por problemas socioeconômicos que os países já enfrentavam.

Ao contrário da visão que assume que refugiados autoestabelecidos⁴² e integrados aumentam a competição por recursos, Jacobsen (2001) ressalta seu efeito multiplicador. Ao participarem da economia, os refugiados contribuem com suas habilidades e mão de obra, favorecendo o crescimento do mercado e da disponibilidade de bens e serviços. Como resultado do aumento da atividade econômica, há uma expansão da capacidade e produtividade econômica da região. Tendo isso em vista, a integração local deve ser promovida por meio de programas de assistência voltados tanto aos refugiados quanto à comunidade local. Além de serem mais econômicos, esses programas podem ampliar a segurança humana e expandir a produtividade econômica de todos que vivem na região.

Com o aumento das situações de refúgio prolongado e o reconhecimento da ineficácia da política de acampamento, o ACNUR começa a aumentar gradualmente os programas de autossuficiência, desenvolvendo diretrizes e criando a Unidade de Meios de Subsistência, em 2008⁴³. Desde então, a agência implementou uma nova abordagem que coloca os meios de subsistência como questão central para a proteção. Segundo a agência:

⁴² Refugiados autoestabelecidos são aqueles que se assentam na comunidade local sem assistência oficial. (JACOBSEN, 2001)

⁴³ A Unidade de Meios de Subsistência realiza análises de mercado e cadeias de valor em situações de refugiados para identificar oportunidades econômicas e de emprego para refugiados. (JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

A redução da dependência pelo empoderamento econômico e a promoção da autossuficiência são o cerne do mandato de proteção do ACNUR. A defesa do direito dos refugiados ao trabalho e à busca de meios de subsistência são o escopo deste mandato, sendo, portanto, prioridade em qualquer situação que envolva refugiados. (ACNUR, 2012)

Os programas de meios de subsistência podem ser divididos em estratégias do lado da oferta, que aumentam o capital humano ou financeiro dos refugiados; e do lado da demanda, ao melhorar o contexto econômico, facilitando o acesso ao mercado por meio de políticas governamentais. As estratégias do lado da oferta incluem programas voltados: à educação e treinamento vocacional, para melhorar o acesso ao mercado de trabalho e o trabalho autônomo⁴⁴; ao acesso às tecnologias, para que possam obter informação sobre o mercado⁴⁵; à assistência em dinheiro em substituição às doações de alimentos; e às microfinanças⁴⁶, para dar acesso a capital. Já as estratégias do lado da demanda incluem: o apoio à iniciativas agrícolas individuais⁴⁷; programas de emprego direto a refugiados⁴⁸; e iniciativas que conectam refugiados às oportunidades de emprego remotas. (JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

Em julho de 2014, o ACNUR lançou a “Política de Alternativa aos Campos”, demonstrando a dificuldade financeira enfrentada pelas organizações humanitárias e abrindo espaço para uma política de “saída”, diminuição dos campos. Para Dalal (2015), todavia, enquanto a crise síria continua, a política de autossuficiência não se conecta com a realidade urbana dos campos, focando em fatores irrealistas como agricultura para gerar renda, desenvolvimento espacial dos campos e a inabilidade da agência de desenvolver políticas autônomas onde refugiados podem operar economicamente. Os programas de meios de subsistência tem sido criticados por serem de curto-prazo e terem um baixo alcance. Muitas vezes esses programas são lançados sem uma análise prévia do contexto político e econômico do lugar, enaltecendo barreiras relevantes que impedem meios de subsistência sustentáveis. Da mesma forma, ainda existem poucas avaliações sobre o impacto desses programas para a melhoria de vida dos refugiados. (JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

⁴⁴ Os treinamentos são geralmente nas áreas de proficiência em idiomas, habilidades de negócios e direitos trabalhistas. (JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

⁴⁵ O Programa de Acesso à Tecnologia Comunitária do ACNUR, por exemplo, cria laboratórios de informática para que refugiados e membros da comunidade possam acesso a internet. (JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

⁴⁶ Segundo Jacobsen (2002), o microcrédito é uma forma de quebrar o ciclo de dependência, na medida em que fornece ao refugiado um empréstimo que deve ser pago no futuro. No entanto, devido ao fato de refugiados estarem sempre em trânsito, muitos programas foram julgados fracassados, pois não obtiveram retorno financeiro. Deve-se considerar, contudo, o potencial de gerar meios de subsistência. O microcrédito pode aumentar a segurança econômica ao reduzir a dependência a atividades ilícitas, gerando um efeito multiplicador sobre a capacidade produtiva da região. Todavia, pode também aumentar a insegurança se for combinado a atividades ilícitas.

⁴⁷ Para refugiados autoestabelecidos em áreas rurais. (JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

⁴⁸ Esses programas geralmente baseiam-se em campos de refugiados. (JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

O sucesso das políticas de autossuficiência dependem de fatores políticos, econômicos e sociais. O contexto político em que o refugiado está inserido pode dificultar o desenvolvimento de meios de subsistência na medida em que as políticas governamentais restringem o acesso ao trabalho. Ademais, a retórica dos governos pode influenciar a visão da população sobre os refugiados, criando um ambiente de hostilidade entre ambos. Para que essas questões sejam mudadas, é preciso que uma nova narrativa seja abordada, de forma a enfatizar o potencial que essas populações possuem para contribuir com o país de origem e as comunidades locais. (ALEINKOFF, 2015; JACOBSEN; FRATZKE, 2016)

Em setembro de 2016, a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, que “ressalta a importância de empreender esforços sustentáveis e de longo prazo para apoiar as contribuições positivas que os migrantes e refugiados podem fazer ao desenvolvimento econômico e social nos países de origem e residência.” (UNCTAD, 2018) Segundo o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (2007), as migrações podem beneficiar tanto pessoas pobres quanto países em desenvolvimento:

Para os indivíduos e suas famílias, a migração pode aumentar a renda, levar a novas habilidades, melhorar o status social, construir ativos e melhorar a qualidade de vida. Para comunidades e países em desenvolvimento, a emigração pode aliviar o mercado de trabalho e as pressões políticas, resultar em aumento do comércio e investimento direto do exterior, levar a atividades positivas da diáspora, como remessas, promover mudanças sociais e políticas e levar ao eventual retorno de migrantes bem-sucedidos que investem no seu país de origem. (DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, 2007)

No entanto, para que os programas para refugiados voltados ao desenvolvimento sejam efetivos, devem estar alinhados com políticas de desenvolvimento nacional e ter uma duração de médio-prazo. Ademais, é necessário incluir os refugiados e a comunidade local no planejamento, para considerar os diferentes pontos de vista e necessidades dessa população. Os refugiados são pessoas e devem ser considerados como atores ativos no sistema, não objetos passivos. Além de uma abordagem voltada aos direitos humanos, deve haver a participação de todos os grupos de refugiados, para que as capacidades e necessidades desses indivíduos sejam consideradas, incluindo as particularidades de gênero. (KRAUSE, 2007) Como Bloom e Betts (2013) reconhecem, ao tornarem-se ativos na procura de suas próprias soluções, os refugiados podem tornar-se autossuficientes e promover soluções sustentáveis aos problemas.

Refugiados são pessoas com habilidades, que podem apresentar oportunidades e desafios. Ao obter acesso, podem ser empoderados e deixar de torna-se um fardo para apresentar benefícios. Apesar de estarem sob o marco regulatório do Estado acolhedor, as

oportunidades que envolvem autossustento e empreendedorismo podem ser possíveis de diversas maneiras, inclusive pequenas oportunidades de emprego nos campos. A mudança da abordagem Estadocêntrica para um novo modelo inovador, pode superar as consequências da dependência e ainda beneficiar a economia local. (BETTS; BLOOM; OMATA, 2012)

Para Chaux (2014), o empreendedorismo pode diminuir os problemas socioeconômicos e a dependência em campos de refugiados. Além disso, o empreendedorismo pode promover a integração e tornar refugiados e migrantes atores de desenvolvimento, proporcionando um espaço para renda e emprego a indivíduos que não possuem acesso ao mercado de trabalho. Ademais, pode contribuir para o desenvolvimento dos países de acolhimento de diversas maneiras. (UNCTAD, 2018)

O empreendedorismo de refugiados pode contribuir com: o desenvolvimento econômico local, em razão do “dividendo da diversidade”, pois trazem consigo novas habilidades e ideias que podem ajudar a inovar e aumentar os mercados; a criação de novos negócios, por terem maior tolerância ao risco e ao trabalho duro; a criação de emprego, inclusive para outros refugiados e imigrantes; o comércio internacional, devido ao seu acesso a redes transnacionais e informações sobre os mercados dos seus países de origem; o desenvolvimento local, revitalizando áreas econômicas locais de baixa renda; e o bem-estar social, formando negócios acessíveis à pessoas de baixa renda e quebrando barreiras que impedem a inclusão social. (UNCTAD, 2018)

Para os refugiados, o autossustento e o empreendedorismo podem incluir benefícios econômicos, ao superar as barreiras ao emprego e adquirir segurança financeira e autossuficiência; sociais, ao adquirir independência e autonomia, influenciando redes étnicas, políticas e religiosas; e psicológicos, ao representar dignidade e gerar bem-estar econômico. Além de tudo, o empreendedorismo dos refugiados pode contribuir para soluções duradouras em países onde há um desgaste do mercado de trabalho e serviços. (UNCTAD, 2018)

Enquanto os projetos de autossuficiência das organizações têm tido impacto limitado, muitas comunidades de refugiados tem encontrado soluções por si próprios, gerando complexos sistemas econômicos, que envolve além do autossustento, relações de consumo, produção, troca e finanças. Para Betts et al. (2014), é importante que a comunidade humanitária busque conhecer e compreender essas relações econômicas, para então criar oportunidades que transformem os desafios enfrentados em oportunidades sustentáveis.⁴⁹

⁴⁹ Em seu estudo, Betts et al. (2014) investigam como as “economias de refugiados – os sistemas de alocação de recursos relativos a uma população deslocada” se comportam.

Um exemplo do protagonismo dos refugiados é a formação de negócios em campos, geridos pelos próprios habitantes que utilizam da falta de infraestrutura e criatividade como oportunidade de negócio. Apesar da falta de recursos financeiros e oportunidades de crédito fácil, conseguem se apoiar no financiamento informal e na inovação para empreenderem. A próxima seção irá abordar as diferentes formas em que o autossustento pode se apresentar em campos de refugiados, com o objetivo de analisar o papel desses indivíduos na transformação da realidade que se encontram.

3.3 – O AUTOSSUSTENTO EM CAMPOS DE REFUGIADOS

Como foi constatado, na maior parte das vezes as políticas de acampamento impostas pelos governos anfitriões impedem a produtividade e dificultam o bem-estar econômico dos refugiados, fazendo com que vivam em condições piores que o necessário. Ainda que a distribuição de ajuda seja importante em uma fase emergencial, os refugiados possuem carências individuais e culturais que provocam a emergência de dinâmicas socioeconômicas. Deste modo, apesar das tentativas por parte dos países anfitriões de isolar os campos de refugiados, seus habitantes encontram diversas formas de conectar-se com a comunidade por meio de estratégias de subsistência que influenciam a urbanização e o desenvolvimento dos campos a longo prazo. (DALAL, 2014; WERKER, 2007)

Apesar das restrições impostas às suas atividades econômicas, os refugiados adentram à economia informal utilizando diferentes fontes de renda que inclui familiares, crédito de comerciantes, venda de doações alimentares e empréstimos de ONGs. Dessa forma, os campos apresentam diversificados mercados e redes comerciais que abastecem áreas “tão distantes quanto os países de origem dos refugiados”, segundo apontam Montclos e Kagwanja (2000).

Diversos fatores favorecem ou limitam a emergência de meios de subsistência sustentáveis em campos de refugiados. Os fatores favoráveis são: o ambiente político positivo aos direitos dos refugiados; as redes de capital social; os esforços coletivos; o treinamento e desenvolvimento de habilidades; o acesso ao crédito; as parcerias com o setor privado; os perfis dos refugiados, bem como estratégias de subsistência diversas, que se relacionam à interação com a comunidade anfitriã, que varia conforme o acesso a recursos materiais, a idade, o sexo e o período de tempo dos refugiados no campo. Da mesma forma, alguns fatores limitantes inclui: o ambiente político desfavorável, a falta de acesso a capital e mercados; a capacidade ou

disposição dos refugiados; a pobreza das comunidades anfitriãs e estereótipos e discriminações. (ROHWERDER, 2016; PORTER et al., 2008)

Dentre os meios de subsistência presentes em campos de refugiados estão a produção agrícola, o trabalho assalariado, a formação de pequenas empresas, as transferências internacionais e a venda de doações humanitárias. Segundo Werker (2007), os campos geralmente possuem centros comerciais com pequenos negócios e mercados organizados que comerciam bens locais e importados. Esses negócios possuem conexões com mercados locais e internacionais através de comerciantes refugiados e nacionais e das conexões dos refugiados com seu país de origem. As políticas restritivas e a composição da população refugiada podem resultar ainda em conexões com mercados negros domésticos e internacionais. Da mesma forma, as condições limitantes podem levar aos refugiados praticarem estratégias de subsistência prejudiciais e ilícitas como prostituição, venda de drogas, roubos e contrabando. (PORTER et al., 2008)

Com relação às atividades empreendedoras, em específico, Chaux (2014) aponta algumas barreiras que existem dentro dos campos: a falta de mercados estruturados, por meio da falta de acesso ao crédito e financiamento; sistemas político e jurídico ineficientes, por motivo de corrupção e processos administrativos lentos e ineficientes; infraestrutura insuficiente, que dificulta o acesso a mercados fornecedores e de consumo em razão do isolacionismo geográfico dos campos; acesso a recursos, devido à localização dos campos que geralmente se encontram em regiões desertas; os baixos níveis de demanda, devido à presença de itens disponíveis livremente e os altos preços resultantes da falta de acesso ao mercado externo; e a falta de informação do mercado, que depende de conexões pessoais e familiares, sem acesso ao mercado externo. (CHAUX, 2014)

Apesar desses obstáculos, em diversos países e em diferentes níveis, soluções estão sendo encontradas para apoiar a atividade empreendedora de refugiados. Em campos de refugiados, a presença de pequenos negócios sugere que os refugiados encontraram maneiras de vencer as barreiras institucionais e organizacionais. A falta de recursos financeiros pode ser superada por grupos de empréstimo, financiamento informal e oportunidades de trabalho dentro do campo. A falta de infraestrutura é melhorada e explorada como oportunidade de negócio, enquanto a falta de recursos é superada por meio do empreendimento nas profissões originais e da inovação. (CHAUX, 2014)

Para Montclos e Kagwanja (2000), além das atividades de geração de capital, os campos também apresentam-se como mercados de trabalho, transformando-se em cidades que

empregam refugiados e nacionais por meio das organizações humanitárias e do relacionamento com a própria comunidade local, que gera uma interdependência socioeconômica entre ambos. (OMATA, 2016) Dessa forma, as economias dos campos de refugiados comportam-se de maneira única, na medida em que são influenciadas pelo ambiente institucional do país anfitrião, que define as políticas para os refugiados e o isolamento dos campos; e que interage com a comunidade de refugiados e as organizações humanitárias. (WERKER, 2007)

Como vimos, enquanto campos são criados temporariamente para distribuição de ajuda emergencial, restringindo a liberdade de movimento e trabalho, os assentamentos são implementados para que os refugiados possam realizar atividades geradoras de renda, em geral relacionadas à agricultura. Ainda assim, as restrições de movimento que existem em assentamentos também dificultam a atividade econômica dos refugiados, que geralmente precisam de permissão para sair dos assentamentos, aumentando os custos para que participem de mercados externos mais lucrativos. Além disso, o isolamento físico dos campos e assentamentos diminui o tamanho do mercado, reduzindo a produtividade e o poder de compra dos refugiados. (WERKER, 2007)

No Quênia⁵⁰, as políticas restritivas que iniciaram a partir dos anos 1990 resultaram em uma política de acampamento que impôs os refugiados a residirem nos campos de Dadaab e Kakuma. Considerado o maior complexo de refugiados do mundo, Dadaab atualmente abriga aproximadamente 235 mil pessoas distribuídas em quatro campos de refugiados, dentre os quais alguns operam acima da capacidade permitida. A maioria dos habitantes encontra-se em situação de refúgio prolongada, alguns vivendo há mais de 20 anos no local. Muitos refugiados não podem retornar aos seus países de origem devido à insegurança e falta de oportunidades. Os primeiros campos do Complexo, Ifo, Dagahaley, Hagadera, foram inaugurados entre 1991 e 1992 para abrigar os refugiados advindos da guerra civil da Somália. Outro grande fluxo de somalianos em 2011 fez com que um outro campo, Ifo 2, fosse implementado. O espaço de tempo representa uma grande diferença entre esses campos. Enquanto a maioria dos residentes de Ifo 2 são agricultores, os campos antigos abrigam famílias por até três gerações, um longo período que permitiu o estabelecimento de um comércio com o Quênia e a região sul da Somália. (KAMAU; FOX, 2013) (ACNUR, 2018d)

⁵⁰ O Quênia é signatário dos mecanismos que compõe o Regime Internacional de Refugiados e possui um histórico de acolhimento aos imigrantes. Até os anos 1980, os refugiados dispunham de uma gama de direitos que envolvia a liberdade de movimento e trabalho. Após grandes fluxos de refugiados nos anos 1990, surgiram preocupações com segurança que levaram o país a implementar uma política de acampamento. (OMATA, 2016)

O campo de Kakuma foi fundado em 1991 com objetivo de acolher menores desacompanhados advindos da guerra no Sudão. Devido a sua proximidade com a fronteira do Sudão do Sul, mais da metade dos quase 200.000 habitantes do campo são sul-sudaneses. Em consequência dos contínuos fluxos de refugiados e da relocação dos habitantes de Dadaab em 2009, Kakuma expandiu em quatro seções. A mais recente, Kakuma IV, abriga principalmente sul-sudaneses, enquanto em Kakuma I, II e III, habitam refugiados de diferentes nacionalidades. (OMATA, 2016)

Nos campos do Quênia, os produtos negociados refletem a influência das distribuições de ajuda, bem como o limitado poder de compra e os padrões de consumo dos refugiados. A disponibilidade de alimentos nos mercados dos campos varia com os ciclos de produção sazonais e o transporte. Em Kakuma, as restrições de comércio estão ligadas às longas distâncias e em Dadaab às condições das estradas na chuva. A disponibilidade de alimentos em Dadaab também depende do comércio informal transfronteiriço. (WFP, 2014)

Ao contrário do Quênia, Uganda⁵¹ possui uma legislação que garante aos refugiados o direito ao trabalho e à liberdade de movimento, além de comprometer-se com a promoção da autossuficiência. Dessa maneira, os refugiados podem ser encontrados tanto em campos como em áreas urbanas. Os assentamentos localizam-se nas áreas rurais, a mais de uma hora de cidades grandes. Por isso, a maioria dos refugiados nos campos trabalham com agricultura. (BETTS; BLOOM; WEAVER, 2015)

Os assentamentos de Uganda estão localizados em distritos com solos férteis e pastos que favorecem a agricultura e pecuária, que por consequência são as atividades de subsistência mais comuns. Os principais alimentos cultivados são milho, feijão, sorgo, mandioca e batata. Já a criação de animais envolve cabras, gado bovino, porcos e aves de capoeira, bem como perus e coelhos. A agricultura de subsistência também é promovida como uma estratégia de autossuficiência. Quando chegam, os refugiados recebem um lote de terra e sementes para plantar, equipamentos de cozinha e agrícolas, além de outros itens como cobertores e porções de alimento. Há ainda uma minoria de refugiados que realizam outras atividades econômicas que suplementam ou substituem a agricultura, como o empreendedorismo. Os negócios incluem uma variedade de lojas de alimentos e serviços, como restaurantes, salões de beleza, alfaiataria e eletricitista. A maioria dos refugiados obtém capital para iniciar um negócio a partir de

⁵¹ Uganda também é signatária dos mecanismos que compõe o Regime Internacional de Refugiados.

mercadorias ou dinheiro trazidos de casa, empréstimos, produção própria ou remessas do exterior. (OMATA; KAPLAN, 2013; WERKER, 2007)

O campo de Nakivale, inaugurado em 1960, possui o maior número de refugiados de Uganda. Localizado no sul do país, próximo à fronteira com a Tanzânia, o campo abriga 100.000 refugiados de diferentes nacionalidades, dentre eles somalianos, ruandeses, burundianos, sudaneses, eritreus, etíopes e congolese. Em uma área de 100 km², os refugiados possuem acesso livre à terra para construir suas casas e realizarem atividades agrícolas, recebendo assistência do ACNUR para meios de subsistência. Já o campo de Kyangwali, inaugurado em 1959, abriga 68.000 refugiados e solicitantes de asilo. Por localizar-se no oeste de Uganda, próximo da fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), sua população é majoritariamente composta por refugiados congolese. Com uma área de 90 km², os refugiados também possuem uma parte da terra para construir suas casas e realizarem atividades agrícolas. (OMATA; KAPLAN, 2013; ACNUR, 2018e; ACNUR, 2018f)

De acordo com Omata (2016), os padrões de comércio e as estratégias de subsistência variam de acordo com a comunidade de refugiados. Nos campos de Dadaab e Kakuma, no Quênia, os refugiados somalianos e etíopes apresentam estratégias mais orientadas aos negócios, empreendendo em diferentes setores como transferências de dinheiro, cafeterias e restaurantes. Os congolese, em contrapartida, engajam-se em atividades mais trabalho intensivas como alfaiataria e barbearia. Para os sul-sudaneses, as estratégias econômicas dependem do período em que estão no campo. Ainda assim, o mercado sudanês em Kakuma possui pouca dinâmica, com apenas algumas tendas que vendem produtos básicos como vegetais e tabaco. Diferente dos etíopes e somalianos, os sudaneses vieram da Etiópia sem capital para iniciar um negócio. Em comparação, os etíopes e somalianos formaram um dinâmico mercado, com lojas de diferentes vertentes como serviços de correio, cafeterias e clubes de vídeo, representando o “espírito empresarial de uma comunidade multiétnica de origem urbana”. Em Dadaab, os somalianos também utilizaram suas características no mercado de Hagadera, considerado o maior do Complexo. (MONTCLOS; KAGWANJA, 2000)

Nos assentamentos de Nakivale e Kiangwali, em Uganda, os ruandeses são a nacionalidade mais envolvida com o comércio de intermediários, como açougues e lojas de tecidos, enquanto os congolese são proprietários da maioria das lojas de música e salões de beleza. No campo de Nakivale, a maioria da comunidade somaliana, que mantém-se afastada em uma aldeia, rejeita a agricultura como um conceito estrangeiro, preferindo vender ou alocar suas terras e dedicar-se à criação de pequenos negócios. O comércio interno entre as diferentes

nacionalidades produz uma economia ativa em ambos os campos, que varia em tamanho e complexidade. Devido ao seu tamanho e diversidade populacional, Nakivale possui diferentes centros comerciais e mercados onde os refugiados vendem suas culturas e compram bens e serviços. A interdependência econômica também é evidente no campo. Enquanto congolezes e ruandeses compram mercadorias de comerciantes somalianos, como itens eletrônicos; é possível encontrar no mercado somaliano produtos agrícolas comprados de refugiados congolezes, ruandeses, burundineses e outros. (OMATA; KAPLAN, 2013)

A atividade comercial atinge também mercados de Uganda e outros países. Comerciantes ugandeses trazem mercadorias para vender nas lojas dos campos e compram excedentes agrícolas para revender nas principais cidades do país. Dessa forma, os negócios dentro dos campos fazem parte de uma cadeia de fornecimento que envolve empresas privadas locais que vendem produtos em atacado. O comércio transfronteiriço também apresenta-se em ambos assentamentos por meio de redes de comércio que se estendem do Quênia a Dubai. (OMATA; KAPLAN, 2013) De acordo com Omata e Kaplan (2013), os refugiados somalianos possuem o maior acesso a redes de comércio que permitem o comércio em maior escala. Essas conexões com mercados externos, somadas à diversidade de meios de subsistência, influenciam a renda dos refugiados. Dentre as comunidades com maior grau de riqueza, estão donos de grandes lojas e intermediários que revendem produtos agrícolas em mercados externos.

Ainda segundo Omata e Kaplan (2013), as redes de capital social são um dos aspectos mais importantes para as atividades econômicas, pois permitem trocas de ideias e bens entre as comunidades. Como os autores constatam, os refugiados não só fazem parte de redes transacionais complexas entre si, como também se relacionam com a comunidade em nível local e regional. Dessa forma, o relacionamento com as comunidades locais podem tanto beneficiar os meios de subsistência dos refugiados, já que as conexões permitem o acesso ao emprego, como inibi-los, na medida em que a pobreza enfrentada pelas comunidades anfitriãs pode traduzir-se em tensões e conflitos com a chegada dos refugiados. No Quênia, por exemplo, as comunidades de Dadaab e Kakuma, que antes abrigavam pastores de camelos e cabras, foram impactadas pela chegada do grande número de refugiados que foram viver nos campos. Ainda hoje, essas comunidades ressentem-se com o impacto negativo inicial, ainda que tenham crescido em consequência do grande número de refugiados e organizações humanitárias que adentraram a cidade – fornecendo um mercado exclusivo para os negócios da comunidade. (KAMAU; FOX, 2013; OMATA, 2016)

Além das dificuldades de integração e das restrições de movimento e trabalho que existem nos campos do Quênia, os refugiados também apontam para os abusos policiais, que alegando questões de segurança agem de forma intimidadora. Ademais, a insegurança relacionada às políticas governamentais do Governo Queniano, que recentemente anunciou o interesse em fechar o complexo de Dadaab⁵², influencia a busca por meios de subsistência sustentáveis. (OMATA, 2016)

Da mesma forma, ainda que Uganda apresente-se como um exemplo de integração dos refugiados, existem diversos problemas no modelo de assentamentos que impedem os refugiados de alcançarem a autossuficiência. O foco na agricultura limita as oportunidades de trabalho formal, não considera a diversidade de capacidades e interesses dos refugiados e os subordina a condições climáticas adversas e a uma limitada área de plantio, que leva ao empobrecimento do solo. Além disso, os refugiados são impedidos de adquirir terras de forma permanente. Por serem espaços geograficamente isolados, os assentamentos segregam os refugiados das comunidades locais. No assentamento de Kyangwali, os refugiados reconhecem a importância das atividades não-agrícolas e das conexões com o setor privado ugandês para melhorar a independência econômica. Ainda assim, as restrições de movimento⁵³ impedem a retirada de ajuda e a autossuficiência. (ROHWERDER, 2016; OMATA; KAPLAN, 2013)

Ainda assim, as dinâmicas de empreendedorismo que emergem nos campos apresentam-se como resultado de necessidades que vão além da ajuda humanitária e indicam a habilidade dos refugiados de superar os desafios de viver em campos. (WFP, 2014) Por meio de iniciativas inovadoras, os refugiados melhoram a qualidade de vida nos campos e criam oportunidades de geração de renda. Em Kakuma I, por exemplo, o somaliano Abdi fez do alto custo dos serviços de internet uma oportunidade de negócio. Em contrapartida aos planos de internet móvel que são mais caros e ineficientes, ele descobriu um plano para residências e comércios em que se paga uma alta taxa em troca de um grande volume de dados. Assim, Abdi compartilha o serviço com outras pessoas por meio de roteadores Wi-fi e em seu cyber café, oferecendo um serviço mais eficiente e menos custoso ao mesmo tempo em que gera renda. (BETTS; BLOOM; WEAVER, 2015)

⁵² Em 2016, o Governo Queniano anunciou o fechamento de Dadaab e a repatriação involuntária de cerca de 260 mil refugiados somalis que lá viviam. No ano seguinte, a Suprema Corte anulou a decisão, alegando inconstitucionalidade. No entanto, o Governo ainda alega que recorrerá a decisão, por motivos de segurança – segundo alegam, o grupo terrorista somaliano al-Shabab estaria operando dentro do campo. (BBC, 2017)

⁵³ Para sair dos assentamentos, os refugiados precisam adquirir uma documentação que muitas vezes não conseguem custear. (ROHWERDER, 2016)

Em Uganda também é possível identificar empreendedores que usam de sua criatividade para abrir um negócio. No campo de Nakivale, a vontade de um refugiado somaliano – também chamado Abdi – de tornar-se independente da ajuda humanitária o levou a abrir uma loja de jogos de computador. Apesar das barreiras representadas pela distância dos centros urbanos e a falta de acesso a capital, o negócio de Abdi atrai cada vez mais clientes e teve seu modelo replicado por outro refugiado no campo. Esses exemplos de sucesso representam o protagonismo dos refugiados na busca pelo autossustento, já que a maioria dos negócios são abertos a partir das economias dos refugiados, sem o apoio de nenhuma agência internacional. (BETTS; BLOOM; WEAVER, 2015)

Este capítulo demonstrou a importância do autossustento para que os refugiados alcancem a autossuficiência, bem como o potencial econômico desses indivíduos para o desenvolvimento das comunidades em que se inserem. Ainda assim, as primeiras tentativas do ACNUR de promover a autossuficiência resultaram na criação de diversos assentamentos, sobretudo no continente africano. As limitações de movimento e trabalho desses ambientes revelaram a continuidade da política de acampamento. Se para a organização e os países doadores o interesse estava voltado na diminuição dos custos dos programas, para os países anfitriões esta política parte do desinteresse em promover a integração. Ainda que recentemente o ACNUR tenha reconhecido a problemática envolvida na política de acampamento, os programas para a promoção de meios de subsistência aos refugiados tiveram pouco sucesso.

Em contrapartida, as estratégias de subsistência que partem dos próprios refugiados indicam a resiliência⁵⁴ e a capacidade desse grupo de transformar sua própria realidade. Desta forma, é necessário reconhecer os refugiados como atores ativos da mudança, incluindo-os nas políticas de autossuficiência e conhecendo mais a fundo suas diferentes estratégias. O próximo capítulo irá abordar de forma mais profunda como o autossustento emergiu no campo de Zaatari e o papel dos refugiados na transformação da realidade socioeconômica do local.

⁵⁴ Segundo Porter et al. (2008), a resiliência é “a capacidade de lidar e adaptar-se às mudanças ambientais e sociais mediadas por instituições apropriadas”, que indica a relevância do contexto social no enfrentamento da adversidade.

4 O CAMPO DE ZAAATARI E AS ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA DOS REFUGIADOS SÍRIOS

4.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como foi mencionado no capítulo 2 desta monografia, Zaatari foi o primeiro dos cinco campos de refugiados criados na Jordânia como parte da política de acampamento para atrair fundos humanitários, diminuir as pressões no mercado de trabalho e nos serviços e atender a opinião pública, que era negativa à superpopulação de refugiados na província de Mafraq. Ainda que essa política seja marcada pela restrição de movimento e trabalho, os refugiados encontraram diversas maneiras de combater a dependência, por meio de estratégias de subsistência que transformaram a realidade socioeconômica do campo.

No capítulo 3, foi visto que o autossustento e o empreendedorismo podem incluir benefícios econômicos, por meio das oportunidades de geração de renda; sociais, em consequência da independência e autonomia; e psicológicos, ao promover a dignidade e bem-estar dos refugiados. Além de tudo, o empreendedorismo pode contribuir para as soluções duradouras em países onde há um desgaste do mercado de trabalho e serviços, contribuindo ainda para o desenvolvimento local.

Apesar de o autossustento ser reconhecido como fundamental para solucionar as situações de refúgio prolongado, os programas do ACNUR voltados à autossuficiência tiveram impacto limitado, tanto pelo desinteresse político quanto pela ineficácia dos programas. Em contrapartida, os próprios refugiados criam oportunidades econômicas a partir de suas próprias estratégias, mesmo em situações de dependência como campos de refugiados, indicando sua capacidade de tornar-se atores ativos na mudança e seu potencial no desenvolvimento econômico local.

Diversos fatores influenciam a emergência de meios de subsistência em campos de refugiados, dentre eles as políticas dos países anfitriões, a demografia dos campos, as relações de troca com a comunidade local, as políticas de assistência humanitária e o próprio perfil dos refugiados. Este capítulo irá discorrer sobre a estrutura física e o aparato humanitário presente em Zaatari, para então identificar os meios de subsistência que existem no campo, correlacionando os diversos fatores envolvidos na emergência do autossustento e o protagonismo dos refugiados na transformação da realidade socioeconômica do local.

4.2 – O CAMPO DE ZAATARI

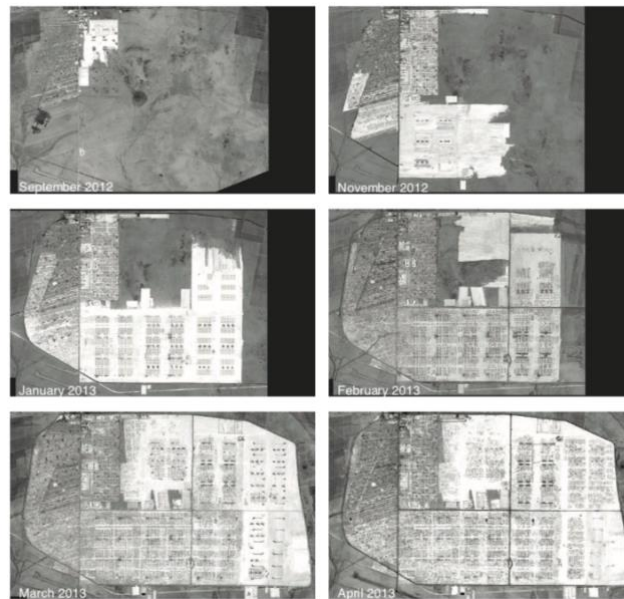
O campo de Zaatari foi aberto no dia 28 de julho de 2012 em uma área afastada da província de Mafraq, nas terras das forças armadas jordanianas. O campo foi planejado pelo ACNUR em parceria com a ONG Jordan Hashemite Charity Organization (JHCO), em resposta às demandas do governo jordaniano. Como foi apontado no primeiro capítulo, Zaatari foi o criado como parte da política de acampamento dos refugiados sírios, “confinando os refugiados em um espaço extraterritorial, excluindo-os da infraestrutura e dos serviços nacionais, a fim de alcançar um equilíbrio, liberar as tensões demográficas e facilitar a competição pelos recursos.” (DALAL, 2015)

Planejado para atender 10.000 refugiados, com a crescente chegada de sírios esse número aumentou para 350.000 pessoas vivendo no campo em 2013. Em abril de 2013, o campo já tinha atingido 200.000 refugiados, sendo que entre 2012 e 2013, o campo recebia de 3.000 a 4.000 refugiados por noite. Ao todo, o campo de Zaatari já forneceu abrigo para quase 500.000 refugiados. Atualmente, sua população é de aproximadamente 80.000 pessoas, exclusivamente refugiados sírios, sendo que mais da metade desses tem menos de 18 anos. Até então, Zaatari possui o maior número de refugiados sírios da região. (ACNUR, 2017b; DALAL, 2014; LEDWITH, 2014; DALAL, 2015)

Construído na segunda maior província da Jordânia, Zaatari está localizado há 12 km da fronteira com a Síria e ao sul de um centro de trânsito onde refugiados são inicialmente agrupados para serem distribuídos nos campos e nas comunidades acolhedoras. O acesso ao campo se dá por meio de uma estrada vigiada por pontos de controle, onde ônibus passam diariamente mantendo a inevitável conexão entre o campo e seus entornos. A região, localizada no deserto de Mafraq, possui um clima mediterrâneo, com verões quentes e invernos rigorosos responsáveis por chuvas torrenciais que causam inundações no campo. Apesar da escassez de recursos hídricos na Jordânia, o campo foi construído em cima de um aquífero que dificulta a criação de um sistema de esgoto. (DALAL, 2014; SANAA, 2014)

Com o tamanho de uma cidade, Zaatari possui uma área de 530 hectares (220 metros quadrados), rodeada por um anel viário de 8.3 km e dividida em 12 distritos. Como a Figura 4 ilustra, Zaatari passou por um processo de expansão que se desenvolveu em um período de sete meses, de setembro de 2012 – quando possuía apenas 30 hectares – à março de 2013.

FIGURA 4 – O DESENVOLVIMENTO DE ZAAATARI VISTO POR IMAGENS DE SATÉLITE (SET 2012-ABRIL 2013)



FONTE: LEDWITH (2014)

Este processo pode ser dividido em dois: um campo antigo não-planejado e um campo novo e planejado. A parte antiga, que possui menos de 200 hectares, foi a primeira a ser construída e habitada, possuindo assim uma densidade demográfica maior. Por ter sido inicialmente composta por tendas que depois foram substituídas por caravanas⁵⁵, possui um arranjo não-planejado. Por outro lado, a construção da parte nova foi planejada em blocos residenciais feitos para as caravanas. (DALAL, 2014) A Figura 5 permite visualizar as diferenças entre ambas as habitações para efeitos de comparação.

FIGURA 5 – HABITAÇÕES EM ZAAATARI: CARAVANA (À ESQUERDA) E TENDA (À DIREITA)



FONTE: SANAA (2014)

⁵⁵ De acordo com Dalal (2015), as caravanas foram doadas por uma variedade de países do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Kuwait e Qatar, além do Taiwan e de doadores individuais.

Atualmente, 99,3% dos residentes vivem em caravanas. O processo de “caravanização”, parte de uma solução duradoura para melhorar as condições de habitação, é também um processo de solidificação das construções. A morfologia do campo é portanto influenciada por esse processo, junto com as movimentações dos refugiados, que movem as caravanas se organizando de maneira informal em pequenos complexos com suas comunidades e famílias. (REACH, 2017; DALAL, 2014)

Considerado uma cidade em processo de urbanização, Zaatari possui um sistema jurídico com elementos formais e informais. Até março de 2013, a direção do campo estava sob responsabilidade da JHCO, enquanto a segurança era responsabilidade de militares jordanianos nomeados pelas autoridades do país⁵⁶. (DALAL, 2014) De acordo com Clarke (2017), essa organização possuía pouca experiência na administração de campos de refugiados e frequentemente entrava em conflito com a ONU e ONGs parceiras, que preferiam instituir uma infraestrutura para distribuir as doações de forma organizada, ao passo que a JHCO distribuía as doações de forma mais rápida e direta.

Dessa forma, surge uma nova estrutura de governança informal, por meio de líderes comunitários que por já terem exercido esse papel em suas comunidades na Síria, possuíam influência entre os residentes de Zaatari. Em paralelo, começam a emergir diversos protestos – incluindo manifestações, tumultos, arremesso de pedras, bloqueio de estradas e ocupação de edifícios –, alguns desses organizados pelos líderes comunitários, motivados pelo descontentamento dos refugiados com os serviços ou os agentes de segurança. (CLARKE, 2017) Para Clarke (2017), as manifestações foram motivadas tanto pela má administração do campo, quanto pela concentração de um grande número de refugiados.

Como resultado, em março de 2013 – data que coincide com o grande aumento do fluxo de refugiados – a direção passa ao ACNUR e a segurança à Syrian Refugees Camps Directorate (SRCD). A partir de então, o novo diretor do campo, Kilian Kleinschmidt, começa a criar uma nova estrutura de governança, dando espaço para os líderes comunitários. Essa descentralização do poder tinha como objetivo trazer mais representatividade aos refugiados ao tornar os líderes responsáveis por facilitar os serviços aos habitantes. Entretanto, por ser um mecanismo informal, trouxe grande controvérsia entre os refugiados que não se sentem representados por

⁵⁶ Segundo Clarke (2017), os militares não possuíam experiência com policiamento e permaneciam fora do campo, adentrando apenas quando havia algum tumulto – que prontamente respondiam com bombas de gás lacrimogêneo.

líderes que tomam decisões arbitrárias ou mesmo envolvem-se em redes de máfia e crime organizado. (DALAL, 2014)

O resultado dessas estruturas de poder informais somadas à falta de uma economia tradicional no campo é o surgimento de atividades criminosas como roubo e contrabando de doações como alimento e tendas, que são vendidas fora do campo a um preço abaixo do mercado. Também verificou-se no campo a presença de grupos contrários ao regime de Bashar Al-Assad, como o FSA, que tem recrutado refugiados para combater na guerra civil síria - uma atividade oficialmente proibida. (LEDWITH, 2014)

Ainda assim, as transformações no campo, que buscaram responder às demandas dos refugiados, foram acompanhadas de uma diminuição nos protestos. Segundo Clarke (2017), “embora os protestos de Zaatari tenham criado caos e instabilidade na época, eles acabaram trazendo um padrão de governança e provisão de bem-estar muito mais ágil e inclusivo do que aqueles que surgiram em outras partes do Oriente Médio”, tornando Zaatari um lugar mais habitável. Para o ex-gerente do campo Kleinschmidt, seu esforço em tornar Zaatari uma cidade foi “uma maneira dos refugiados retornem como pessoas responsáveis em dignidade; e reduzir a síndrome da dependência”. (LEDWITH, 2014)

Como parte de um acordo com o ACNUR, o Departamento de Segurança Pública Jordânico (PSD, sigla em inglês) garante o policiamento e auxilia em emergências médicas e incêndios no campo. As forças armadas jordanianas também são responsáveis por assegurar as fronteiras do campo, que são totalmente cercadas. Apesar disso, refugiados encontram maneiras de escapar com a ajuda de contrabandistas, já que o processo legal exige um fiador jordaniano e o pagamento de um valor aproximado de 7000 dólares. (SANNAA, 2014)

Atualmente, o ACNUR e o governo jordaniano detém a responsabilidade sobre o campo e possuem parceiros implementadores e operacionais que incluem agências governamentais, agências da ONU e ONGs, em um número que chega a 139 organizações que atuam no campo fornecendo os mais variados serviços. Esses serviços incluem proteção, educação, saúde, água, saneamento, energia e meios de subsistência. (LEDWITH, 2014)

O sistema médico de Zaatari foi composto por diversas organizações, incluindo a Organização Mundial da Saúde, agências da ONU e ONGs, que fornecem tratamento médico e psicológico no campo por meio de um hospital e 10 centros de atendimento. No que tange a educação, o campo possui 31 escolas que atendem 21.400 das 24.597 crianças em idade escolar e 58 serviços comunitários que fornecem assistência psicossocial e atividades recreativas. Além

disso, 2.200 crianças participam de programas de educação não formal e 3.500 jovens tem acesso a cursos profissionalizantes. (ACNUR, 2017b; ACNUR, 2018a)

Quando Zaatari foi aberto, muitos residentes expressaram seu descontentamento com a natureza autoritária do campo e as condições precárias, com restrições na alimentação, baixa qualidade da água e inundações, além da representação da mídia que não condizia com a realidade do campo. Seis anos depois, as organizações tiveram que se reinventar para atender as demandas dos refugiados e criar mecanismos de solução duradoura. (LEDWITH, 2014)

O campo cresceu como uma cidade, enfrentando os desafios da urbanização e tentando fornecer condições básicas de vida para seus residentes, enquanto lida com o medo dos jordanianos de que Zaatari se torne um assentamento permanente. Assim, permanece como um abrigo temporário que encontrou na inovação a solução para alguns de seus problemas. Enquanto os refugiados utilizam de sua própria criatividade e recursos para transformar sua realidade, as organizações encontram na tecnologia um aliado para atender importantes demandas. (SANNAA, 2014)

As dinâmicas de habitat refletem uma das necessidades que surgiram. Zaatari foi projetado com banheiros públicos distribuídos pelo campo, que poderiam estar em uma distância considerável das habitações. Em consequência, os refugiados começaram a construir seus próprios banheiros, por meio da abertura de fossos em suas próprias caravanas. As tendas e caravanas também foram utilizadas para criar outros espaços e instalações privadas, como cozinha e lojas. Para Dalal (2015), “os projetos emergentes podem ser descritos como semelhantes aos da casa islâmica tradicional, o que não é um fato surpreendente, já que os refugiados são atualmente o arquiteto que segue diretamente os códigos de cultura, valores e tradições sociais.”

Os serviços de água, saneamento e higiene (WASH, sigla em inglês) são coordenados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o auxílio das ONGs ACTED, JEN e Oxfam como parceiros operacionais. Esses serviços incluem a distribuição de água tratada transportada por caminhão, coleta de resíduos sólidos e águas residuais e a criação e manutenção de serviços de WASH particulares. Em 2016, junto com essas organizações, a UNICEF atuou na melhoria desses serviços por meio da criação de um sistema único de descarte de água residual que conecta todos os domicílios do campo, da construção de sanitários particulares em todos os domicílios, da criação de poços de água internos e da construção de um sistema de distribuição de água encanada em todos os domicílios, tornando os serviços de WASH mais eficientes e sustentáveis. (REACH, 2017; ACNUR, 2018a)

Outra demanda que obteve resposta foi com relação às doações de alimentos. Quando o campo abriu, refugiados recebiam refeições prontas e cestas básicas. Após feedback dos residentes, que demandavam mais autonomia na alimentação, as organizações fizeram uma parceria com duas redes de supermercado, que abriram filiais dentro do campo. Desde setembro de 2013, são distribuídos vouchers para compra de mantimentos nos supermercados, além de alguns alimentos gratuitos que inclui quatro fatias de pão por pessoa por dia e outros mantimentos como arroz, óleo e açúcar que totalizam 2100 calorias por dia. (LEDWITH, 2014)

O fornecimento de energia também foi transformado. Projetado para fornecer apenas iluminação pública, o campo não previu que o desejo dos sírios de possuir acesso direto à rede de energia os levaria a fazer ligações clandestinas às suas próprias caravanas. O acesso à energia melhorou a vida social no campo e permitiu com que os refugiados desenvolvessem seus negócios. Contudo, também resultou em problemas de segurança, devido às conexões ilegais, e financeiros, resultantes do alto consumo. Para resolver esses problemas, foi implementada uma usina de energia solar, financiada pelo banco alemão de desenvolvimento KfW a um custo de 15 milhões de euros. Considerada a maior usina de energia solar em um campo de refugiados, o projeto produz 23.26 GWh por ano que abastece a rede de distribuição de energia a nível residencial, aumentando o fornecimento de energia de 7 para 14 horas por dia. (SANNAA, 2014; JORDAN TIMES, 2018)

No âmbito interno, as mudanças na estrutura socioeconômica do campo aparecem por meio das estratégias de autossustento executadas pelos refugiados sírios. Conforme será abordado na seção seguinte, essas estratégias desempenham um importante papel no desenvolvimento e na urbanização do campo, bem como na melhoria da vida dos próprios refugiados.

4.3 – ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA NO CAMPO DE ZAATARI

Como foi visto no capítulo anterior, diversos fatores favorecem a emergência de meios de subsistência sustentáveis em campos de refugiados, dentre eles o ambiente político e econômico, o perfil dos refugiados e a interação com a comunidade anfitriã. Como foi constatado no capítulo 2 desta monografia, quase metade do mercado de trabalho jordaniano opera no setor informal. Dessa forma, ainda que inicialmente os refugiados sírios não tivessem permissão para participar do mercado formal, encontraram espaço no mercado informal. Em

um contexto de aumento da ajuda internacional, os sírios transformaram a região de Mafraq em “uma das províncias economicamente mais prósperas da Jordânia”. (DALAL, 2014)

Além de possuir uma concentração de mão de obra e ajuda humanitária, o campo de Zaatari é um espaço extraterritorial administrado por organizações humanitárias. Esse conjunto de fatores retrata as conexões econômicas formais e informais entre a comunidade jordaniana e os refugiados do campo. A resiliência dos refugiados e a governança humanitária fez com que o campo se desenvolvesse de forma rápida, tornando-se a quarta maior cidade da Jordânia. Por ter sido construído em poucos meses, Zaatari não teve tempo de planejar a chegada dos refugiados, o que permitiu com que os mesmos participassem da sua construção. Dessa forma, ainda que o campo tentasse reduzi-los a meros recebedores de ajuda, os refugiados encontraram maneiras de preencher as “lacunas” da ajuda humanitária. (DALAL, 2014; GATTER, 2018)

Apesar de auxiliar no suprimento das necessidades básicas, a ajuda não consegue satisfazer as necessidades individuais dos refugiados. (DALAL, 2015) Como relatou Abdullah Farouk, refugiado sírio entrevistado para esta pesquisa, os sírios ganham um cartão com 20 JOD (aproximadamente 30 dólares) mensalmente para gastar nos dois supermercados que existem no campo, o que não é suficiente para sua subsistência. (2018, informação verbal)⁵⁷. Segundo um estudo da ACTED (2013), o gasto mensal dos sírios em Zaatari é em média 292 JOD (aproximadamente 400 dólares) enquanto a renda é em média 208 JOD (quase 300 dólares) o que resulta em uma deficiência de 84 JOD, que equivale a pouco mais de 100 dólares.⁵⁸ Esses fatores levaram a emergência de atividades socioeconômicas de geração de renda.

O único meio oficial em que refugiados podem gerar renda dentro do campo é a partir do programa Cash for Work (CfW), criado pelo ACNUR junto com outras organizações presentes em Zaatari. Essa iniciativa, coordenada pelo Grupo de Trabalho para Necessidades Básicas e Meios de Subsistência, tem como objetivo promover oportunidades de trabalho aos refugiados no campo. As organizações que atuam em Zaatari criam trabalhos de acordo com sua demanda, remunerando os refugiados conforme o nível de habilidade da função. A remuneração oficial é de 1 JOD por hora para trabalhos semiqualeificados, 1,5 JOD por hora para trabalhos qualificados, 2 JOD por hora para trabalhos altamente qualificados e 2.5 JOD por hora para trabalhos técnicos. Alguns programas nas áreas de saúde, educação e engenharia elétrica requerem pessoas altamente qualificadas. No entanto, mais da metade das

⁵⁷ FAROUK, Abdullah. **Entrevista I**: depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataiades Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (18 min).

⁵⁸ A moeda oficial usada pelas organizações no campo é o dinar jordaniano (JOD). No entanto, como é comum nas cidades do Oriente Médio, o dólar também circula como moeda alternativa.

oportunidades são para trabalhos semiqualeificados, sobretudo na área de WASH. (ACNUR, 2017b; OXFAM, 2017)

Um exemplo de CfW é o projeto de reciclagem concebido em 2015 pela Oxfam, com o objetivo de resolver o problema de gestão de resíduos em Zaatari. Para o funcionamento do projeto, as famílias separam os resíduos, que são coletados pelos voluntários do CfW entregues à área de transferência para serem separados, processados e vendidos para empresas que trabalham com materiais recicláveis. Segundo a organização, “Este projeto demonstra como a experiência coletiva de sírios e jordanianos pode ser usada para expandir novos setores produtivos dentro da economia jordaniana – criando novos empregos ao invés de desalojar pessoas dos já existentes”. O sírio Jasem Al-Wrewir, líder do projeto, chegou à Zaatari em 2013. Em Damasco, Jasem trabalhou por 15 anos com gestão de resíduos e era proprietário de uma empresa de depósito de lixo. Desde 2015, lidera o programa de reciclagem da Oxfam junto com o jordaniano Wissam Al-Sharafat, engenheiro e funcionário da Oxfam. (OXFAM, 2017)

Cerca de 200 participantes do programa auxiliam na conscientização da população de Zaatari sobre reciclagem e em todo o processo de coleta e processamento do lixo. Além de fornecer uma liquidez que contribui para a resiliência a curto prazo, o projeto também tornou-se importante para o envolvimento da comunidade na proteção e gerência do ambiente local. (OXFAM, 2017) Entretanto, o CfW não consegue atender todos os refugiados, funcionando por meio de revezamento. Em dezembro de 2017, 7.065 refugiados participaram do programa, dos quais 69% eram homens e 31% mulheres, representando apenas 22% da população adulta do campo. Além disso, os participantes do programa são reconhecidos como voluntários e não possuem nenhum direito trabalhista previsto na lei jordaniana. (ACNUR, 2017b)

Dessa forma, os refugiados acabam por realizar outras atividades de subsistência para complementar a renda, dentre elas: o contrabando de bens e pessoas, negócio lucrativo mas que requer uma forte conexão com um cidadão jordaniano que apoie o processo fora do campo; o transporte de bens pelo campo, realizado principalmente por crianças e jovens; as vendas de rua, que atendem necessidades diárias como cigarro, chá e café; e a separação de areia e pedras que é vendida para fazer cimento, usado pelos refugiados em suas casas. (DALAL, 2015)

Uma das atividades mais comuns é a venda de ajuda humanitária. Os vouchers para compras de alimentos, por exemplo, são vendidos a um valor menor pelos refugiados, que geralmente guardam o dinheiro ou o utilizam para comprar bens que não são vendidos nos supermercados oficiais. Itens não-alimentícios também fazem parte desse mercado de troca. As

caravanas, por exemplo, são vendidas por um valor que varia de 300 a 600 JOD (de 400 a 850 dólares). (DALAL, 2015)

De todas as atividades geradoras de renda, a mais difundida é o mercado informal, chamado de “Souk” pelos refugiados e “Shams-Élysées” pelos funcionários e visitantes, em uma analogia à rua de lojas francesa e o nome histórico da Síria (Sham). Com aproximadamente 3.000 lojas e negócios informais, o mercado reflete as relações de troca entre os refugiados sírios e a comunidade jordaniana. (ACNUR, 2018a) (BETTS; BLOOM; WEAVER, 2015) Para Dalal (2015), o mercado não é apenas um meio de gerar renda, mas uma maneira em que os sírios demonstram resistência e vontade de sobreviver.

Considerado um dos aspectos mais significativos da urbanização, o mercado se desenvolveu em poucos meses após a abertura de Zaatari. A maioria dos locais planejados, como hospitais e escolas, foram construídos em um mesmo local, o que criou um “espaço público” de interação social e negócios. Os refugiados começaram a vender bebidas e lanches próximo a entrada do campo, fixando-se na rua que ficou conhecida como Market Street e transformando barracas, caravanas e outros materiais em lojas permanentes. A figura 6 ilustra uma caravana que foi transformada em loja no campo de Zaatari. (REACH, 2014; DALAL, 2015)

FIGURA 6 – UMA CARAVANA TRANSFORMADA EM LOJA NO CAMPO DE ZAATARI



FONTE: BETTS; BLOOM; WEAVER (2015)

Com o crescimento do campo, as lojas passaram a ocupar quatro ruas, que estão identificadas em vermelho na Figura 7. Os primeiros a ocuparem essa área tornaram-se donos de propriedades que podem valer até 6000 JOD, aproximadamente 8500 dólares. Na rua principal, as lojas podem gerar uma renda de 1000 a 2000 JOD por mês, que equivale à aproximadamente de 1500 a 3000 dólares, um valor de três a seis vezes maior que as despesas

mensais. A grande maioria das lojas são financiadas por empreendedores jordanianos, que fornecem capital para compra e contrabando de bens para dentro do campo. Arriscado para os refugiados, esse negócio apresenta-se muito lucrativo para os empreendedores, por ser uma área livre de impostos. (DALAL, 2015)

FIGURA 7 – RUAS DO MERCADO NO CAMPO DE ZAATARI



FONTE: REACH (2014)

Yusra, refugiada síria entrevistada para esta pesquisa, relata que no início Zaatari era apenas terra. Em poucos meses, transformou-se em uma cidade com muitas lojas nos mais diversos setores, inclusive na venda de ouro. Como não podiam trabalhar com suas profissões, as pessoas encontraram no comércio uma forma de trabalhar e gerar renda. Muitos buscavam atuar no que já possuíam conhecimento, vendendo sua mão de obra ou coisas que possuíam. Muitas famílias usaram suas economias para iniciar um negócio. (2018, informação verbal)⁵⁹

Yusra chegou ao campo em 2012 com seu marido Khaled e seus filhos Mostafá e Hanan. Em Zaatari, deu à luz a Yara, sua filha mais nova. Segundo relata, as condições de vida no campo eram muito difíceis no começo. Aos poucos, com a chegada das doações, os refugiados foram transformando o campo, adquirindo caravanas para construir suas casas e banheiros privados. O longo e perigoso trajeto até a Jordânia fez com que perdessem todos os seus pertences. Ainda que sua família não tivesse economias, utilizaram o que tinham para começar a trabalhar vendendo e comprando coisas. (2018, informação verbal)

O irmão de Yusra, que também refugiou-se no campo com sua família, começou uma loja de um jeito simples e inovador, fazendo uma tomada com um cabo de energia e alugando-

⁵⁹ BASKRI, Yusra. Yusra Baskri: depoimento [nov. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataiades Araujo. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1 hora e 30 min.).

a para carregar celulares. Khaled, seu esposo, entrou no comércio por meio da venda de alimentos e outras mercadorias, que eram trazidas para dentro do campo por um palestino-jordaniano funcionário de limpeza. Com o tempo, a loja da família transformou-se em uma casa de câmbio e transferência de remessas internacionais. (2018, informação verbal)

Khaled relata que trabalhou os dois anos em que esteve em Zaatari. No entanto, possui memórias difíceis desse tempo. Para ele, a falta de liberdade de movimento e trabalho na Jordânia transformava Zaatari em uma prisão. Trabalhar com remessas internacionais era perigoso, pois os policiais desconfiavam do dinheiro que era enviado à Síria. Um dos seus amigos, que trabalhava com isso no campo, foi descoberto e deportado de volta à Síria. Para conseguir manter sua loja, precisava pagar propina para os policiais, ainda que muitos o conhecesse e recomendasse sua loja a outros refugiados. (2018, informação verbal)⁶⁰

Na Síria, Khaled trabalhava com transferência internacional e Western Union por meio de uma rede de contatos que realizam essa atividade em diversos países da região, como Síria, Egito e até mesmo em campos de refugiados da Turquia. Em Zaatari, utilizou essa extensa rede de pessoas e aprendeu sobre câmbio, criando uma loja que lucrava com as transferências e as flutuações de câmbio. Ainda assim, Khaled não se restringia a essas atividades e comprava e vendia em sua loja não só dinheiro, mas também ouro, eletrônicos e eletrodomésticos, como televisões, geladeiras, máquinas de lavar e notebooks. Segundo Khaled, os policiais também dificultavam a existência de lojas de eletrodomésticos por utilizarem muita energia. (2018, informação verbal)

Em entrevista por Skype, outros refugiados compartilharam suas experiências de empreendedorismo no campo. Abdullah Farouk chegou à Zaatari em março de 2013, mesmo ano em que começou a trabalhar em uma barbearia, mesmo ramo que exercia na Síria. Também trabalhou por um período no programa Cash for Work na função de gestor educacional em uma ONG para crianças. Segundo relata, com estes trabalhos conseguiu juntar dinheiro para abrir seu próprio negócio junto com um sócio. Desde então, possui uma barbearia localizada no mercado, com uma clientela que varia de 10 a 15 homens por dia. Ao contrário de Khaled, ele não passou por nenhum problema com as autoridades do campo. Além disso, não possui nenhum custo para manter a loja. Para ele, a autossuficiência é importante para a independência

⁶⁰ DACKA, Khaled. **Khaled Dacka**: depoimento [nov. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataiades Araujo. São Paulo, 2018. 2 arquivos .mp3 (1 hora e 10 min.).

financeira, onde cada um depende de si mesmo para viver. Seu empreendimento é fundamental neste sentido, já que as doações não são suficientes para manter-se. (2018, informação verbal)⁶¹

Ayman Omar chegou em Zaatari em janeiro de 2013 e no mês seguinte abriu seu negócio, através de um empréstimo de seu irmão. Em sua loja de utilidades domésticas e eletrodomésticos, ele atende de 20 a 30 pessoas por dia, uma clientela que inclui mulheres, homens e crianças habitantes do campo, bem como cidadãos jordanianos. Segundo relata, possui permissão para sair do campo todos os sábados para ir às cidades mais próximas de Mafraq para comprar mercadorias para abastecer a loja. Ele também não tem problemas com as autoridades, mas reclama dos muros que os separam da comunidade local. Apesar disso, reconhece os benefícios de se ter um negócio em Zaatari, já que eletricidade e água são gratuitos para todos. Com a renda da loja, consegue pagar suas contas e sustentar sua esposa e quatro filhos que vivem no campo, bem como seus pais e irmão que permanecem na Síria. (2018, informação verbal)⁶²

Mohammed Harib também chegou em Zaatari em 2013, mas apenas em 2014 conseguiu empréstimo para abrir a seu negócio. Como conta, os refugiados de Zaatari usam bicicletas para se locomover dentro do campo. Reconhecendo esse mercado, abriu uma loja de conserto de bicicletas junto com um sócio. Atualmente de 2 a 5 pessoas frequentam seu negócio diariamente, exclusivamente homens, já que em sua cultura mulheres não andam de bicicleta. Apesar da oportunidade de negócio, não consegue pagar todas as contas e sustentar seus seis filhos com a renda que faz na loja. Por isso, sua esposa trabalha em uma ONG ministrando sessões sobre violência doméstica, por meio do programa CfW. Para ele, Zaatari era um lugar muito difícil quando chegou e por isso sofreu muito. Atualmente, a vida está muito melhor. (2018, informação verbal)⁶³ Seu sócio, Abdel Nassar, conta que ainda sofre por viver no campo, tanto pelo clima quanto pela falta de oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Apesar da melhora, Zaatari permanece um espaço sem liberdade de movimento. (2018, informação verbal)⁶⁴

⁶¹ FAROUK, Abdullah. **Entrevista I:** depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataide Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (18 min).

⁶² OMAR, Ayman. **Entrevista II:** depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataide Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (19 min).

⁶³ HARIB, Mohammed. **Entrevista III:** depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataide Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (11 min).

⁶⁴ NASSAR, Abdel. **Entrevista IV:** depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataide Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (10 min).

Além do mercado, os refugiados também possuem negócios interligados às suas próprias casas. Uma pequena parcela das mulheres em Zaatari trabalham com atividades econômicas domésticas como alfaiataria, confecção de doces e artesanato em suas próprias caravanas. Alia, uma empreendedora entrevistada por Betts, Bloom e Weaver (2015), relata que chegou em Zaatari logo após a abertura do campo, em 2012, e por isso pôde posicionar sua caravana na rua principal da Market Street. Em frente à caravana que habita, estabeleceu uma loja de cosméticos com o dinheiro que havia conseguido com a venda de seu carro na Síria. Segundo relata, 90% da mercadoria de sua loja é trazida da Síria. Seu marido cuida das importações, enquanto ela atende a clientela que chega a 25 mulheres por dia. Apesar da história de sucesso de Alia, as mulheres ainda representam uma pequena parcela dos negócios no campo: 1.7%, de acordo com a pesquisa da organização REACH (2014) em parceria com o ACNUR. (BETTS; BLOOM; WEAVER, 2015)

A pesquisa da REACH (2014) identificou uma extensa variedade de bens e serviços presentes no mercado informal, dentre os quais 14% eram mini mercados; 12% lojas de roupas, sapatos e jóias; e 14% restaurantes, padarias ou lojas que vendem alimentos e bebidas frescos e pré-embalados. Outros negócios incluem serviços como pet shops, lojas de câmbio, salões de beleza e até lojas de vestido de noiva, o que indica não só a evolução do mercado mas também a normalização da vida no campo.

A existência do mercado tem implicações em diversas áreas, que inclui uso de água e energia, meios de subsistência, eliminação de resíduos e interações com a comunidade jordaniana. Na pesquisa, a REACH (2014) também identificou que quase 95% dos negócios usavam a fonte de energia local e 20% usavam o serviço de distribuição de água, ambos sem custo. Com relação aos resíduos, 60% usavam as lixeiras públicas. Ademais, 53% dos negócios possuíam empregados, dos quais 39% eram funcionários contratados, sendo que a maior parte empregava membros da família. A pesquisa ainda detectou que 48% dos negócios reabastecem fora do campo, enquanto 65% reabastecem em Zaatari, o que manifesta o tamanho do negócio de revenda de bens humanitários.

Parte da economia informal da Jordânia, os mercados movimentam até 10 milhões de JOD por mês, o equivalente a 14 milhões de dólares, competindo com as duas redes de supermercado oficiais que fornecem alimentos, uma das quais é a filial mais rentável da Jordânia. Os valores identificados indicam a alta circulação de capital que existe em Zaatari, o que nos permite reconhecer a interligação entre as economias da Jordânia e do campo. Embora existam dois empreendimentos jordanianos exercendo atividades econômicas formais dentro

do campo, o grande mercado informal revela a relevância das relações que estão sendo estabelecidas informalmente com a comunidade local. (DALAL, 2015; BETTS; BLOOM; WEAVER, 2015)

Segundo Betts, Bloom e Weaver (2015), os sírios são conhecidos em toda a região por sua aptidão ao empreendedorismo. Logo,

muitos dos refugiados que chegam a Zaatari são altamente qualificados e têm uma vasta experiência na gestão de empresas e na gestão de capital. Muitos eram comerciantes na Síria e tinham extensas redes de comércio e contatos na Jordânia que puderam se restabelecer no exílio a fim de reiniciar pequenos negócios. Essas conexões existentes, uma linguagem comum e algumas normas culturais compartilhadas com a comunidade anfitriã desempenharam um papel importante na capacitação dos sírios para estabelecer negócios nesse ambiente transitório. (BETTS; BLOOM; WEAVER, 2015)

As habilidades dos sírios, junto a outros fatores específicos como a ajuda humanitária e a ausência de legislação, fizeram com que um sistema socioeconômico emergisse no campo. O principal resultado dessas dinâmicas é o mercado, que se tornou um elemento essencial que representa o nível de urbanização que emergiu no campo. Ainda assim, Dalal (2015) reconhece que a criação de novas oportunidades permanece necessária para gerar renda e superar a deficiência mensal. Para o autor, todavia, “conceitos como ‘autossuficiência’ não podem ser alcançados por desconsideração do sistema socioeconômico que já se desenvolveu no campo.”

Recentemente ocorreu um grande avanço nesse sentido, em consequência do Jordan Compact. Em 2017, seguindo essa nova política de abertura do mercado de trabalho aos refugiados, o Ministério do Trabalho jordaniano começou a emitir permissões de trabalho para que sírios que vivem em Zaatari possam trabalhar em qualquer lugar do país. Para facilitar esse processo, foi criado o Escritório de Emprego de Zaatari (ZOE, sigla em inglês) para informar sobre oportunidades de emprego e registrar permissões de trabalho. (ACNUR, 2017c)

Nesse contexto, o ACNUR viu a necessidade de realizar uma pesquisa para conhecer as habilidades da população de Zaatari e suas motivações para entrar no mercado de trabalho formal. Dentre os resultados dessa avaliação, observou-se que a maioria dos refugiados estudou apenas até o nono ano. Em comparação com os homens, as mulheres possuem mais instrução e participaram de mais treinamentos. Ainda assim, dos 10.000 que possuem permissão de trabalho no campo, apenas 12% são mulheres. (ACNUR, 2017c) (ACNUR, 2018a)

De acordo com a pesquisa, a maioria das mulheres não está disposta a trabalhar fora do campo e, quando dispostas, são mais seletivas que os homens ao ambiente e às condições de trabalho. Motivações pessoais como transporte, cuidados infantis e restrições culturais e

familiares apresentam-se como as principais barreiras para que as mulheres deixem de trabalhar. Sobre isso, a pesquisa conclui que devem ser feitas entrevistas mais profundas para compreender as motivações e barreiras ao emprego das mulheres. (ACNUR, 2017c)

A pesquisa ainda revela que a maioria dos refugiados não conhece os direitos trabalhistas e a lei jordaniana de segurança social. Além disso, grande parte não sabe os procedimentos e custos para adquirir uma permissão de trabalho, nem como poderiam contribuir para a proteção e liberdade de movimento dos refugiados. Ainda assim, a maior parte reconheceu a importância de adquirir uma permissão de trabalho e demonstrou-se interessada em tal. (ACNUR, 2017c)

Segundo Betts, Bloom e Weaver (2015), Zaatari apresenta-se como um ambiente mais favorável ao trabalho se comparado à cidade. Nas cidades e áreas rurais, o medo da repressão pelas autoridades e as ameaças de deportação restringem ainda mais as oportunidades dos refugiados de inovar. Ainda que fosse formalmente proibido, o empreendedorismo sempre foi tolerado dentro dos limites de Zaatari.

Para Yusra, refugiada entrevistada, Zaatari possuía diversos problemas como desavenças nas filas para recolher doações, enchentes recorrentes da chuva, furtos de bens, drogas e fome. O pior de todos, contudo, eram as restrições de movimento e trabalho, que dificultava a busca por meios de subsistência. Ainda assim, chegar em Zaatari representou um alívio para sua família, que sentiram-se seguros das perseguições do governo de Bashar Al-Assad. (2018, informação verbal)

Na Síria, Khaled foi preso por supostamente ajudar “grupos terroristas”, segundo o governo. Sua atividade, conforme relata, era na verdade ajudar os rebeldes a cruzarem a fronteira com a Turquia, já que vivia em uma cidade próxima. Após 11 meses na prisão, onde foi torturado, foi encontrar sua família na Turquia. Na fronteira, foi proibido de entrar no país por ser homem, o que fez com que Yusra e os filhos voltassem à Síria para ficarem juntos, dessa vez em Damasco. Quando as perseguições com Khaled aumentaram, conseguiu apoio para ir até a fronteira com a Jordânia em um perigoso caminho. (2018, informação verbal)

Zaatari apresentou-se como um refúgio importante para Khaled e sua família, que encontraram a proteção necessária no momento. Contudo, as restrições de movimento impostas pelo governo jordaniano, somados ao preconceito da comunidade e a hostilidade das autoridades, fez com que o período no campo fosse também um momento difícil para Khaled e sua família. Ainda assim, trabalhar no campo, mesmo que ilegalmente, permitiu com que

Khaled melhorasse as condições de vida de sua família dentro do campo e pudesse buscar refúgio no Brasil. (2018, informação verbal)

A história de Khaled e sua família, apesar de não apresentar fatores quantitativos, retrata uma realidade comum entre os sírios. Em consequência das perseguições do governo de Bashar Al-Assad, que classifica como terrorista todos que são contrários às tiranias do governo, e do conflito que se instalou no país, 12 milhões de sírios tiveram que deixar suas casas e suas vidas em busca de segurança. No presente contexto histórico que atinge recordes de deslocamento forçado, o autossustento apresenta-se como uma importante ferramenta para o alcance de uma solução duradoura para os refugiados. (ACNUR, 2017a) (2018, informação verbal)

Como Khaled afirma, as pessoas gostam de trabalhar e lutar pelas suas coisas. (2018, informação verbal) Dar autonomia para que os refugiados busquem a independência financeira é importante também para sua própria autoestima. De acordo com Yusra, os refugiados no campo eram como animais, em uma referência à falta de liberdade e independência. (2018, informação verbal) Reformular a ajuda humanitária em prol de uma política de autossuficiência é necessário não apenas de uma perspectiva econômica, mas também de uma perspectiva humana e social.

Como foi amplamente debatido, as políticas de acampamento apresentam diversos problemas tanto para as organizações humanitárias – que enfrentam déficits em seu orçamento –, quanto para os refugiados, que são limitados da sua liberdade e constrangidos a uma situação de dependência por período prolongado. Ainda que a autossuficiência tenha surgido como uma nova abordagem no Regime Internacional de Refugiados, os programas tiveram pouco sucesso. Parte disso é devido aos interesses políticos que não admitem a importância da integração como solução duradoura para a problemática do refúgio e o potencial econômico dos refugiados para o desenvolvimento local. Além disso, a maioria dos programas não inclui os refugiados, deixando de reconhecer as diversas iniciativas desenvolvidas por esses indivíduos, que demonstram seu papel ativo na busca pela autossuficiência.

Em Zaatari, os refugiados sírios utilizaram de sua criatividade e iniciativa para empreender e criar um grande e diverso mercado, adaptando-se às condições e melhorando a vida no campo. Além das estratégias de subsistência serem indispensáveis para que os sírios possam satisfazer suas necessidades, elas demonstram o potencial econômico desse grupo para o desenvolvimento local. O campo de Zaatari transformou-se conforme as demandas e a disposição dos refugiados, que lutaram pela sua autonomia e independência apesar do contexto de restrições impostas pelo governo jordaniano.

Nesse sentido, é imprescindível que a mudança nas políticas da Jordânia leve à ampliação da liberdade de movimento e trabalho, para que as condições de vida dos refugiados melhorem consideravelmente. Os refugiados sírios já provaram sua resiliência e adaptabilidade diante das condições enfrentadas no campo, criando suas próprias estratégias de subsistência e lutando por sua autonomia. Com políticas voltadas à integração, os refugiados em Zaatari estarão um passo mais próximo da autossuficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo analisar o papel dos refugiados na transformação da realidade socioeconômica dos campos por meio do autossustento, mediante o estudo das estratégias de subsistência exercidas pelos refugiados sírios no campo de Zaatari. Com base nas teorias que trazem a importância do autossustento para a independência socioeconômica e bem-estar dos refugiados, buscou-se evidenciar a emergência de meios de subsistência em campos de refugiados como uma maneira em que os mesmos encontram para alcançar a autonomia.

Como foi observado, diversos fatores sociais, políticos e econômicos influenciam as políticas dos países anfitriões, que muitas vezes restringem a liberdade de movimento e trabalho dos refugiados e os mantêm em campos, isolados da comunidade local. A política de acampamento foi utilizada por muitos anos como uma estratégia das organizações internacionais para responder aos fluxos de deslocamento forçado. Recentemente, as organizações internacionais têm percebido que a ajuda emergencial não é sustentável, devido aos déficits de financiamento e às situações de refúgio prolongado.

Entretanto, ainda que reconheçam os direitos humanos dos refugiados de liberdade e trabalho, as organizações falham em conseguir influenciar os países a adotarem estratégias de autossuficiência. Na Jordânia, que possui um histórico de acolhimento a fluxos migratórios forçados, a pressão nos serviços públicos e a visão estratégica de angariar fundos levou o país a criar campos de refugiados em resposta à crise síria, ao mesmo tempo em que buscava compartilhar os benefícios da ajuda humanitária internacional com os cidadãos jordanianos.

O campo de Zaatari foi o primeiro acampamento implementado. Criado para acolher o grande fluxo de refugiados sírios que surgiram com a guerra, o campo tornou-se lar para mais de 80.000 pessoas. Se inicialmente Zaatari era um espaço de ajuda emergencial e provisória, o prolongamento do conflito sírio e o protagonismo dessa comunidade fizeram com que o campo tivesse que se adaptar à cultura e necessidades dos sírios, que transformaram o campo na quarta maior cidade da Jordânia.

Em poucos meses, os sírios transformaram a realidade espacial e econômica do campo, utilizando suas habilidades empreendedoras para melhorar sua qualidade de vida. Com os poucos recursos disponíveis, desafiaram as limitações e converteram caravanas em casas e lojas. O grande e variado comércio de bens e serviços que emergiu apresenta-se no mercado de Zaatari, que possui 3.000 lojas e movimenta até 15 milhões de dólares por mês. Os comerciantes

criam conexões com fornecedores e clientes da comunidade local, movimentando a economia informal da Jordânia.

Como evidenciado, os meios de subsistência variam de acordo com diversos fatores como a localização dos campos, o perfil dos refugiados e o grau de interação com a comunidade anfitriã. Esses fatores influenciam o tipo de estratégia que cada comunidade de refugiados irá usar dentro dos campos, seja ela a agricultura ou empreendedorismo. Ainda que o ambiente político possa apresentar-se como um fator obstante para o autossustento, as evidências demonstram que os refugiados conseguem superar diversas barreiras para alcançar a independência.

Em Zaatari, ainda que oficialmente não pudessem trabalhar, os refugiados conseguiram conquistar um espaço para empreender. Dessa maneira, a emergência de estratégias de autossustento em campos de refugiados apresenta-se como uma forma de resistência daqueles que não querem mais estar em posição de dependência. Ainda assim, políticas voltadas à liberdade de movimento e trabalho podem favorecer ainda mais a autossuficiência, na medida em que aumenta o leque de possibilidades para os refugiados atuarem conforme sua necessidade e arbítrio.

Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para a literatura sobre autossuficiência de refugiados, ao demonstrar os benefícios do autossustento para a independência socioeconômica dos refugiados em campos e para o desenvolvimento do próprio campo e da comunidade local. O mercado de Zaatari, além de gerar renda para as famílias, apresenta-se como um ambiente social, ao influenciar as dinâmicas urbanas do campo, que cada vez mais assemelha-se a uma cidade. A economia de Zaatari já se relaciona com o resto do país por meio das conexões com a comunidade local que movimentam a economia jordaniana.

Tendo em vista que diversos países criam políticas de acampamento que mantêm refugiados presos em campos por anos, sem liberdade de movimento e trabalho, faz-se importante a reflexão sobre quais estratégias podem ajudar a superar a dependência e promover o bem-estar dos refugiados. Dessa forma, pesquisas voltadas à promoção da autossuficiência demonstram-se cada vez mais relevantes para a área de estudos migratórios, tanto para a independência econômica quanto para o empoderamento dos refugiados, que deixam de torna-se um fardo para apresentar benefícios à comunidade local.

REFERÊNCIAS

ACAPS. **Syrian Refugees: political and financial dynamics**. Amã, 2016.

ACHILLI, Luigi. Syrian Refugees in Jordan: a Reality Check. Migration Policy Centre, Florença, p.1-12, fev. 2015.

ACTED. Livelihoods Assessment Zaatari Camp in August 2013. Amã, 2013.

AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS DA PALESTINA (UNRWA). Palestine Refugees. Disponível em: <<https://www.unrwa.org/palestine-refugees>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. Jabalia Camp. Disponível em: <<https://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip/jabalia-camp>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

AGIER, Michel. Between war and city: Towards an urban anthropology of refugee camps. **Ethnography**, Londres, v. 3 p.1-25, 2002.

AL-KILANI, Saleh. A Duty and a Burden on Jordan. *Forced Migration Review*, Oxford, n. 47, p. 30-32, set. 2014.

ALEINIKOFF, T. Alexander. From Dependence to Self-Reliance: Changing the Paradigm in Protracted Refugee Situations. Migration Policy Institute, Washington, maio 2015.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Genebra. 1951. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

_____. Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Nova Iorque. 1967. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

_____. Memorandum of Understanding between the Government of Jordan and UNHCR. Genebra: 5 abr. 1998.

_____. Executive Committee of the High Commissioner's Programme. Protracted Refugee Situations. Standing Committee, 31ª reunião, Genebra: 10 jun. 2004.

_____. An Introduction to International Protection: Protecting Persons of Concern to UNHCR. Genebra: 1 ago. 2005a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

_____. The Handbook for Self-Reliance. Genebra: ago. 2005b. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

_____. The 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and its 1967 Protocol. Genebra: set. 2011. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

_____. Planejamento de Meios de Subsistência no ACNUR: Guia operacional. Genebra. 2012.

_____. Policy on Alternative to Camps. Genebra: jul. 2014.

_____. Global Trends: Forced Displacement in 2017. Genebra. 2017a.

_____. Zaatari Refugee Camp: August 2017. Fact Sheet. Genebra, ago. 2017b.

_____. Cash for Work In Zaatari Camp: Basic Needs and Livelihoods Program. Genebra, dez. 2017c.

_____. Jordan – Zaatari Camp: July 2018. Fact Sheet. Genebra. 2018a.

_____. Executive Committee of the High Commissioner's Programme. Update on UNHCR's operations in the Middle East and North Africa (MENA). 71ª reunião, Genebra, 20 de fevereiro de 2018b.

_____. **Syria Regional Refuge Response**. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/en/situations/syria/location/36>>. Acesso em: 24 out. 2018c.

_____. **Dadaab Refugee Complex**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/ke/dadaab-refugee-complex>>. Acesso em: 2 dez. 2018d.

_____. Settlement Fact Sheet: Nakivale. Uganda Refugee Response Monitoring, Kampala, jan. 2018e.

_____. Settlement Fact Sheet: Kyangwali. Uganda Refugee Response Monitoring, Kampala, mar. 2018f.

_____. Jordan – Fact Sheet. Genebra, jun 2018g.

AMNESTY INTERNATIONAL. Living on the margins: Syrian Refugees in Jordan Struggle to Access Health Care. 2016.

ARAR, Rawan. Leveraging Sovereignty: The Case of Jordan and the International Refugee Regime. In: REFUGEES AND MIGRATION MOVEMENTS IN THE MIDDLE EAST, 25., 2017, Los Angeles. The Project on Middle East Political Science (POMEPS): Washington, 2017. p. 12-15.

BALDWIN-EDWARDS, Martin. **Migration in the Middle East and Mediterranean**. Genebra: Global Commission On International Migration, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Jordan Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/jordan>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BANK, André. Syrian Refugees in Jordan: Between Protection and Marginalization. GIGA Focus. Hamburgo, p. 1-10, 2016.

BARBELET, Veronique; HAGEN-ZANKER, Jessica; MANSOUR-ILLE, Dina. **The Jordan Compact: Lessons learnt and implications for future refugee compacts**. Londres: Odi, 2018.

BARNETT, Laura. Global Governance and the Evolution of the International Refugee Regime. *New Issues Refugee Research*, Genebra, v. 54., fev. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

BASKRI, Yusra. **Yusra Baskri**: depoimento [nov. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataides Araujo. São Paulo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1 hora e 30 min.).

BBC. **Kenyan closure of Dadaab refugee camp blocked by high court**. Disponível em: <Kenyan closure of Dadaab refugee camp blocked by high court>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BEL-AIR, Françoise de. Migration Profile: Jordan. 6. ed. Florença: European University Institute, 2016.

BETTS, Alexander; BLOOM, Louise; OMATA, Naohiko. Humanitarian innovation and refugee protection. Oxford: Refugee Studies Centre, University Of Oxford, 2012.

BETTS, Alexander et al. Refugee Economies: Rethinking Popular Assumptions. Oxford: Refugee Studies Centre, University Of Oxford, 2014.

BLACK, Richard. Putting Refugees in Camps. **Forced Migration Review**. Oxford, p. 4-7. ago. 1998.

BLOOM, Louise; BETTS, Alexander. The two worlds of humanitarian innovation. Oxford: Refugee Studies Centre, University of Oxford, 2013.

BOCCO, Ricardo. UNRWA and the Palestian Refugees: A History Within History. *Refugee Survey Quarterly*, Vol. 28, n. 2 & 3, 2010.

CARE. 7 Years Into Exile: How urban Syrian refugees, vulnerable Jordanians and other refugees in Jordan are being impacted by the Syria crisis. Care International in Jordan, Amã, jun. 2017.

CAVAGLIERI, Simona. **Livelihood Strategies and Food Security on Refugee Camps**. 2005. 38 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master In Human Development And Food Security, University Of Roma Tre, Roma, 2005.

CHATELARD, Géraldine. Jordan: A Refugee Haven. **Migration Information Source**. Bruxelas, p. 1-10. ago. 2010. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/jordan-refugee-haven/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CHATTY, Dawn. The duty to be generous (karam): Alternatives to rights-based asylum in the Middle East. **Journal Of The British Academy**. Oxford, p. 177-199. jul. 2017.

_____. Refugees, Exiles, and Other Forced Migrants in the Late Ottoman Empire. **Refugee Survey Quarterly**. Oxford, p. 35-52. v. 32 n. 2 fev. 2013.

CHAUX, Marlen de la. Entrepreneurship and Innovation: how institutional voids shape economic opportunities in refugee camps. Humanitarian Innovation Conference, University of Oxford, Oxford, 2014.

CHIMNI, B. S.. The Geopolitics of Refugee Studies: A View from the South. **Journal Of Refugee Studies**. Oxford, p. 350-374. 1998.

_____. Aid and the Perpetuation of Refugee Camps: The Case of Dadaab in Kenya 1991–2011. **Refugee Survey Quarterly**. Oxford, p. 55-73. v. 23 n. 3, 2004.

CHKAM, Hakim. Aid and the Perpetuation of Refugee Camps: The Case of Dadaab in Kenya 1991–2011. **Refugee Survey Quarterly**. Oxford, p. 1-19. abr. 2016.

CLARKE, Killian. Protest and Informal Leadership in Syrian Refugee Camps. In: REFUGEES AND MIGRATION MOVEMENTS IN THE MIDDLE EAST, 25., 2017, Los Angeles. The Project on Middle East Political Science (POMEPS): Washington, 2017. p. 16-21.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). Policy Guide on Entrepreneurship for Migrants and Refugees. Genebra. 2018.

CRISP, Jeff. **Mind the gap!**: UNHCR, humanitarian assistance and the development process. ed. 43. Genebra: ACNUR, 2001.

_____. No Solutions in Sight: the problem of protracted refugee situations in Africa. ed. 75. Genebra: ACNUR, 2003.

DACKA, Khaled. **Khaled Dacka**: depoimento [nov. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataides Araujo. São Paulo, 2018. 2 arquivos .mp3 (1 hora e 10 min.).

DALAL, Ayham. A Socio-economic Perspective on the Urbanisation of Zaatari Camp in Jordan. *Migration Letters*, Londres, v. 12, n. 3, p.263-278, set. 2015.

_____. Camp Cities between Planning and Practice: Mapping the Urbanisation of Zaatari Camp. 2014. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Integrated Urbanism And Sustainable Design, Ain Shams University e University Of Stuttgart, Estugarda, 2014.

DAVIS, Rochelle; BENTON, Grace; TODMAN, Will; MURPHY, Emma. Hosting Guests, Creating Citizens: Models of Refugee Administration in Jordan and Egypt. *Refugee Survey Quarterly*, 2017, 36, 1-32.

DEPARTAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DO REINO UNIDO. **Moving out of poverty**: making migration work better for poor people. Londres: Department For International Development, 2007.

FARGUES, Philippe. International Migration and the Nation State in Arab Countries. **Middle East Law and Governance**. Leiden, p. 5- 35, 2013.

- FAROUK, Abdullah. **Entrevista I**: depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataides Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (18 min).
- FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergio L. C.. A Guerra Civil Síria, O Oriente Médio e o Sistema Internacional. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 1, n. 6, p.1-6, dez. 2014.
- GATTER, Melissa N. Rethinking the lessons from Za'atari Refugee Camp. **Fored Migration Review**, Oxford, v. 57, fev. 2018.
- HARIB, Mohammed. **Entrevista III**: depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataides Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (11 min).
- HARRELL-BOND, Barbara. **Imposing Aid**: Emergency Assistance to Refugees. Oxford: Oxford University Press, 1986. 496 p.
- _____. Can Humanitarian Work with Refugees be Humane? **Human Rights Quarterly**, Baltimore, v. 24, n. 1, p.51-85, 2002.
- HEALY, Sean; TILLER, Sandrine. A review of the humanitarian response to the Syrian refugee crisis in Jordan, 2012-13: Analysis of the emergency response capacity of the humanitarian system – Case study 3. Out 2013.
- HUMANITARIAN POLICY GROUP. Planning From The Future: Is the Humanitarian System Fit for Purpose?. Londres: Humanitarian Policy Group, 2016.
- HUNTER, Meredith. The Failure of Self-Reliance in Refugee Settlements. **POLIS Journal**. Leeds, p. 1-46, 2016.
- JACOBSEN, Karen. **The forgotten solution**: local integration for refugees in developing countries. 45. ed. Massachusetts: Tufts University, 2001. 43 p. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/epau>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- _____, Karen. Livelihoods in Conflict: The Pursuit of Livelihoods by Refugees and the Impact on the Human Security of Host Communities. **International Migration**, Massachusetts, v. 40, n. 5, p.95-123, fev. 2002.
- JACOBSEN, Karen; FRATZKE, Susan. **Building Livelihood Opportunities for Refugee Populations**: Lessons from Past Practice. Washington: Migration Policy Institute, 2016.
- JAMAL, Arafat. Camps and Freedoms: long-term refugee situations in Africa. **Forced Migration Review**, Oxford, v. 1, n. 16, p.4-6, jan. 2003.
- JORDAN TIMES. Zaatari solar power project 'largest in a refugee camp globally'. Amã, 15 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.jordantimes.com/news/local/zaatari-solar-power-project-%E2%80%98largest-refugee-camp-globally%E2%80%99>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados: e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. 272 p.

KAMAU, Christine; FOX, John. *The Dadaab Dilemma: A Study on Livelihood Activities and Opportunities for Dadaab Refugees*. Intermediaries in Development, Nairóbi, ago. 2013.

KATTAA, Maha. *Social Protection and Employment for Syrian Refugees in Jordan*. 4th Conference of the Regulating for Decent Work Network, Genebra, p. 1 – 26. 2015.

Disponível em:

<http://www.rdw2015.org/uploads/submission/full_paper/20/Social_protection_and_employment_the_case_of_Syrian_refugees_in_Jordan.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

KHAN, Hafeez Ullah; KHAN, Waseem. *Syria: History, The Civil War and Peace Prospects*. *Journal of Political Studies*, v. 25, ed. 2, Lahore, 2017.

KHOURI, Rami G. *The Implications of the Syrian War for New Regional Orders in the Middle East*. MENARA Working Papers, n. 12, Barcelona, set. 2018.

KIBREAB, Gaim. *The Myth of Dependency among Camp Refugees in Somalia 1979-1989*. **Journal Of Refugee Studies**. Oxford, p. 350-374. v. 6 n. 4, 1993.

KRAUSE, Ulrike. **Development-Oriented Refugee Assistance: Learning from the Past to Plan for the Future**. Bonn: Fundação Friedrich Ebert, 2017. Disponível em:

<<https://library.fes.de/pdf-files/iez/13575.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

LEDWITH, Alison. *Zaatari: The Instant City*. Boston, Affordable Housing Institute. 2014.

LEWIS, Corinne. *UNHCR and International Refugee Law: From Treaties to Innovation*. 2014. 297 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, London School Of Economics And Political Science, Ann Arbor, 2010.

LOESCHER, Gil. *UNHCR's Origins and Early History: Agency, Influence, and Power in Global Refuge Policy*. **Refuge**. Toronto, p. 77-86, v. 33 n. 1, 2017.

LOESCHER, Gil. MILNER, James. *Protracted Refugee Situations and State and Regional Insecurity*. **Conflict, Security and Development**. Toronto, p. 3-20, v. 4 n. 1, 2004.

LOIZOS, Peter. *Ottoman Half-lives: Long-term Perspectives on Particular Forced Migrations*. **Journal Of Refugee Studies**. Oxford, p. 237-263. v. 12 n. 3, 1999.

LONG, Katy. *When refugees stopped being migrants: Movement, labour and humanitarian protection*. **Migration Studies**. Oxford, p. 4-26. fev. 2013.

MALKKI, Liisa H.. *Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization*. **Cultural Anthropology**. Irvine, p. 377-404. ago. 1996. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/656300> .>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MONTCLOS, Marc-Antoine Perouse de; KAGWANJA, Peter Mwangi. Refugee Camps of Cities?: The Socio-economic Dynamics of the Dadaab and Kakuma Camps in Northern Kenya. **Journal Of Refugee Studies**. Oxford, p. 205-222. abr. 2000.

MOREIRA, Julia Bertino. **A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais)**. 2006. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

NASSAR, Abdel. **Entrevista IV**: depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataiades Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (10 min).

OMAR, Ayman. **Entrevista II**: depoimento [dez. 2018]. Entrevistadora: Isabella Ataiades Araujo. Florianópolis, 2018. 1 arquivo .mp3 (19 min).

OMATA, Naohiko. Refugee Economies in Kenya: Preliminary Study in Nairobi and Kakuma Camp. Oxford: Refugee Studies Centre, Oxford, nov. 2016.

OMATA, Naohiko; KAPLAN, Josiah. Refugee Livelihoods in Kampala, Nakivale and Kyangwali Refugee Settlements: Patterns of Engagement with the Private Sector. Refugee Studies Centre, Oxford, out. 2013.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA). Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África. Adis-Abeba. 1969. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução 62 (I) de 15 de dezembro de 1946 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org>>.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Declaração de Cartagena. Cartagena, 1984. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Work Permits and Employment of Syrian Refugees in Jordan: Towards Formalising the Work of Syrian Refugees. Beirut: Regional Office For Arab States, 2017.

OXFAM. **Trash Talk**: Turning waste into work in Jordan's Za'atari refugee camp. Oxford: Oxfam Discussion Papers, 2017.

PARLAMENTO EUROPEU. **EU-Turkey Statement**, 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PORTELA, Paulo H. G. **Teoria Geral do Direito Internacional Público**. 3ª ed. Salvador: Editora JusPodivim, 2011.

PORTER, Gina et al. Linkages Between Livelihood Opportunities and Refugee-Host Relations:: Learning From the Experiences of Liberian Camp-Based Refugees in Ghana. **Journal Of Refugee Studies**. Oxford, p. 1-20. abr. 2008.

RAJARAM, Prem Kumar. Humanitarianism and Representations of the Refugee. **Journal Of Refugee Studies**. Oxford, p. 247-264. v. 15 n. 3, 2002.

REACH. Wash Infrastructure and Services Assessment in Zaatari Camp. Jordan, 2017.

REGIONAL REFUGEE AND RESILIENCE PLAN (3RP). 2017 Annual Report. Amã, 2017.

REIS, Rossana R.; MENEZES, Thais S. Direitos Humanos e Refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado. *Revista Sociologia Política*., Curitiba, v. 22, n. 49, p. 61-83, mar. 2014.

ROCHA, Rossana R.; MOREIRA, Julia B. Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 17-30, out. 2010.

RODGER, Jessica. Defining the parameters of the non-refoulement principle. *LLM Research Paper International Law (Laws 508)*, 2001. Disponível em: <<http://www.refugee.org.nz/JessicaR.htm#84>>.

ROHWERDER, Brigitte. Sustainable Livelihoods in Ugandan Refugee Settlements. Helpdesk Research Report, GSDRC Applied Knowledge Services, Birmingham, 2016.

RÖTH, Hanna; NIMEH, Zina; HAGEN-ZANKER, Jessica. A mapping of social protection and humanitarian assistance programmes in Jordan: What support are refugees eligible for?. Londres: Overseas Development Institute, 2017. (501).

SAID, Edward W.. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Tradução de Tomás Rosa Bueno.

SANNAA, Adham. **Innovation and refugee camps: The role of innovation in developing the humanitarian system with special focus on Al Zaatri refugee camp, Jordan**. 2015. 160 f. Tese (Doutorado) - Curso de Integrated Urbanism And Sustainable Design, University Of Stuttgart e Ain Shams University, Estugarda, 2015.

SHARP, Jeremy M.. **Jordan: Background and U.S. Relations**. Washington: Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/mideast/RL33546.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SHRYOCK, Andrew. The New Jordanian Hospitality: House, Host, and Guest in the Culture of Public Display. *Comparative Studies In Society And History*, Cambridge, v. 46, n. 1, p.35-62, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3879412>>. Acesso em: 02 out. 2018.

SILVA, Karine S.; BOFF, Ricardo B. Nós, os povos excludentes à pluriversalidade da ONU. In: *Brasil e o Sistema das Nações Unidas : desafios e oportunidades na governança global*. Organizadores: Guilherme de Oliveira Schmitz, Rafael Assumpção Rocha. Brasília : Ipea, 2017. cap. 3 p. 59-88.

SMAILI, Soraya S.. Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlances entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã. **Psicologia Usp**, v. 26, n. 2, p.145-151, ago. 2015.

SMITH, Merril. Warehousing Refugees: A Denial of Rights, a Waste of Humanity, World Refugee Survey, 38–56, 2004.

SYRIAN OBSERVATORY FOR HUMAN RIGHTS. About 522 thousand people were killed in 90 months since the start of the Syrian revolution in March 2011. Disponível em: <<http://www.syriahr.com/en/?p=102385>>. Acesso em: 24 out. 2018.

THE HASHEMITE KINGDOM OF JORDAN. Constituição de 1952.

_____. Lei nº 24, de 1973. Lei de Residência e Assuntos Estrangeiros. Amã, 1973

_____. DEPARTMENT OF STATISTICS. General Population and Housing Census 2015: Main Results. Amã: 2015.

_____. MINISTRY OF PLANNING AND INTERNATIONAL COOPERATION. Jordan Response Plan for the Syria Crisis: 2017 Annual Report. Amã: 2017.

TURNER, Lewis. Explaining the (Non-)Encampment of Syrian Refugees: Security, Class and the Labour Market in Lebanon and Jordan. **Mediterranean Politics**, Londres, p. 386-404, v. 20 n. 3, 2015.

VULNERABILITY ASSESSMENT FRAMEWORK (VAF). 2017 Population Survey Report: Sector Vulnerability Review. ACNUR, Amã, 2017.

WERKER, Eric. Refugee Camp Economies. **Journal Of Refugee Studies**. Oxford, p. 461-480, 2007.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). Dadaab and Kakuma Refugee Camps Market Assessment. Roma, jun. 2014.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA PESSOALMENTE

- 1 – Como você chegou à Zaatari e por quanto tempo permaneceu? Com quem você estava?
- 2 – Pode contar um pouco da sua experiência no campo?
- 3 – Você tomou conhecimento dos programas de autossustento fornecido pelas organizações? De que forma você acredita que esses programas ajudam o refugiado a sair da dependência?
- 4 – Qual a sua visão sobre os negócios e trabalhos informais exercidos no campo? Você acredita que são importantes para o alcance da autossuficiência?
- 5 – Você encontrou alguma dificuldade para sair do campo? Como foi o processo?
- 6 – Qual a sua visão sobre o autossustento em campos de refugiados?
- 7 – Você conhece outros casos de empreendedorismo em campos de refugiados?
- 8 – Quais possibilidades e experiências relacionadas à autossuficiência você acredita que podem ser repetidas?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS VIA SKYPE

- 1 – Quando você chegou em Zaatari?
- 2 – Quando e como você iniciou seu negócio?
- 3 – Qual o tipo de negócio que você possui?
- 4 – Quem são seus clientes? Quantos clientes você atende diariamente, em média?
- 5 – Quantas pessoas trabalham com você? São familiares ou funcionários pagos?
- 6 – Onde você adquire o estoque? Com que frequência você reabastece seu negócio?
- 7 – Você possui algum parceiro fora do campo? Com que frequência você visita a comunidade anfitriã para fins comerciais?
- 8 – Você sente alguma restrição no seu trabalho? Como é o seu relacionamento com os funcionários do campo e as autoridades jordanianas?
- 9 – Você paga alguma taxa para executar seu negócio em Zaatari?
- 10 – Autossuficiência é uma abordagem que busca tornar os refugiados independentes por meio da criação de oportunidades de subsistência. Você já ouviu falar neste conceito? Qual sua opinião sobre isso?
- 11 – Como o seu negócio ajuda a sua independência social e econômica?
- 12 – Você conhece algum programa de subsistência em Zaatari? Qual sua opinião sobre isso?
- 13 – Você conhece casos de empreendedorismo em outros campos de refugiados?